



Nelson Jobim, Sarney, José Alencar e João Paulo no dia da promulgação da emenda

Emenda que cria o controle externo da Justiça é promulgada

Após 12 anos de discussão, o Congresso promulgou quarta-feira (8) a emenda constitucional que reforma o Judiciário. Entre outras medidas, será instituído o controle externo do Judiciário, a súmula vinculante e a federalização dos

crimes contra os direitos humanos. Na quarta-feira (15), o presidente do Senado, José Sarney, participará no Palácio do Planalto da entrega pelo presidente Lula de sete projetos de lei para a reforma infraconstitucional do Judiciário.

PÁGINA 4

Aprovado por unanimidade na CCJ, projeto pode ser votado esta semana em Plenário

Parcerias estão mais perto de virar lei

PÁGINA 6

PLENÁRIO

A última semana ordinária de votações no Senado começa com a pauta trancada por sete medidas provisórias e dois projetos de lei que tramitam com urgência.

PÁGINA 2

FILMES

Polêmico, projeto de Aloizio Mercadante, em debate na Comissão de Educação, reduz para 16 anos a idade mínima para filmes considerados impróprios.

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O CONGRESSO

Página 15



Mais 24 funcionários de empresas que prestam serviço ao Senado foram alfabetizados. A cerimônia de entrega dos diplomas foi terça-feira (7) no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), que alcançou o número de 106 adultos alfabetizados em um ano. Francisca Maria Pereira de Oliveira, oradora da turma, aprendeu a ler aos 37 anos. Janedson Pinheiro da Silva, aos 54.

PÁGINA 15

cidadania

Carta dos Direitos Humanos completa 56 anos

PÁGINA 16

Status de ministro para o presidente do BC

PÁGINA 5

Aluno carente pode ter vaga em universidade pública

PÁGINA 8

Pauta está trancada por sete MPs e dois projetos de lei

O Senado inicia a última semana ordinária de votações com a pauta trancada por sete medidas provisórias (MPs) e dois projetos de lei que tramitam em regime de urgência. De acordo com a Constituição, os trabalhos do Congresso Nacional encerram-se todos os anos em 15 de dezembro, que cai nesta quarta-feira. Como os parlamentares precisam votar o Orçamento, o ano legislativo deve ser esticado até o dia 23, segundo um acordo de líderes.

Entre as MPs que serão apreciadas está a que cria o Programa Universidade para Todos (ProUni). A líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), disse que a matéria (MP 213/04) já está em processo de negociação. O relator da matéria, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), encontrou-se na quinta-feira com o ministro da Educação, Tarso Genro, que quer a alteração do texto aprovado na Câmara dos Deputados.

Para Ideli, há um bom clima entre governo e

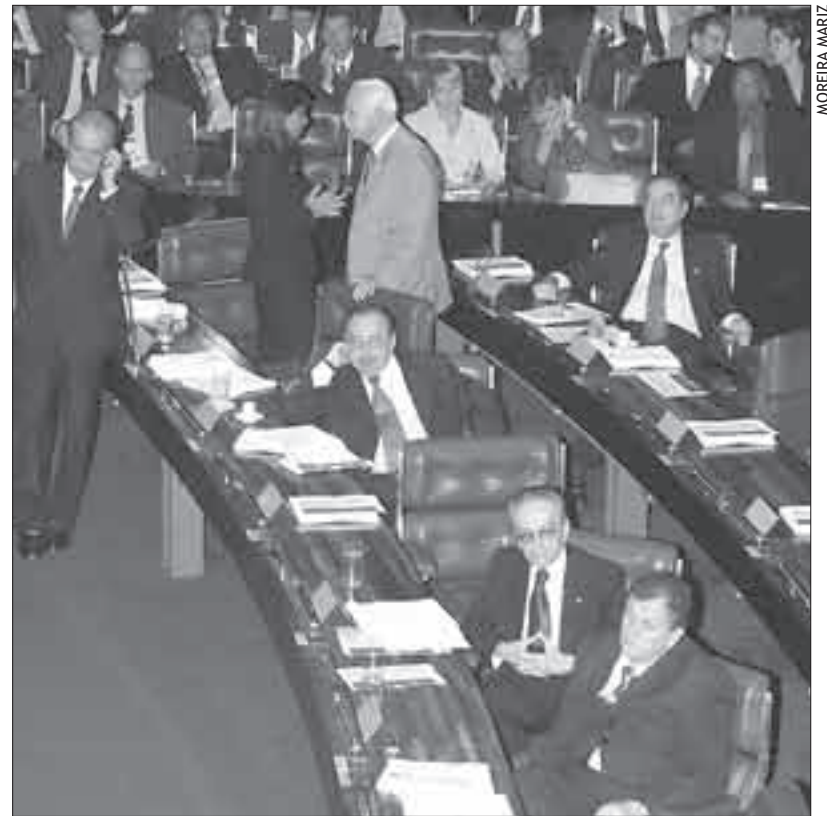
oposição para aprovar todas as matérias, o que permitirá a votação no Plenário do projeto que institui as parcerias público-privadas (PPPs).

Entre as medidas provisórias, a mais complexa é a 219/04, que trata de diversas alterações na legislação tributária, principalmente a da Cofins e do PIS/Pasep.

Os dois projetos em regime de urgência são o PLS 253/04 e o PLC 48/04. O primeiro foi proposto pela comissão parlamentar mista de inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes. O texto altera o Código Penal para, entre outros objetivos, tornar imprescritíveis os crimes sexuais cometidos contra menores.

O segundo projeto autoriza o governo federal a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Subordinada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a agência ficará responsável pela execução das diretrizes da política industrial brasileira.

Ideli Salvatti acredita que todas as matérias serão votadas



A criação do Programa Universidade para Todos (ProUni) é tema de uma das medidas provisórias que serão examinadas nesta semana

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h30 – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Royalties – O projeto (PLS 222/04) estabelece novos critérios para a repartição, entre União, estados e municípios, dos royalties sobre o aumento da produção de petróleo e gás natural no país, para compensar as perdas por conta do ICMS. **Autor:** senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). **Relator:** Ney Suassuna (PMDB-PB).



Bolsa-Família – Pedido de autorização para que o Brasil adquira empréstimo de US\$ 572,2 milhões junto ao Banco Mundial (Bird). Parte dos recursos será destinada ao programa Bolsa-Família. **Autor:** Executivo. **Relator:** senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

11h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Indicação – Os parlamentares analisam a indicação de Aloysio Silva Corrêa da Veiga para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

Planalto – O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, participa de audiência pública sobre a criação do estado do Planalto Central.

11h30 – SUBCOMISSÃO DA OPERAÇÃO POROROCA

Cronograma – A subcomissão, que acompanha a Operação Pororoca, da Polícia Federal, discute e vota o roteiro de trabalho. A operação da PF investigou fraudes em

licitações em vários estados da Região Norte.

14h – SUBCOMISSÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Mercado de trabalho – A subcomissão realiza audiência pública para discutir dois projetos que tratam da contratação de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Entre os convidados, representantes da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), do Conselho Nacional de Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade) e do Ministério Público do Trabalho.

14h30 – SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Aneel – A comissão discute mensagem do Executivo indicando Jerson Kelman para o cargo de diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). **Autor:** Presidência da República. **Relator:** senador José Jorge (PFL-PE).

15h – MISTA DE ORÇAMENTO

Créditos suplementares – Constam da pauta da CMO cerca de 20 projetos que liberam recursos do Orçamento para os Ministérios do Trabalho, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Planejamento, das Cidades, entre outros órgãos públicos.

17h – CPI DO DESMANCHE e ANO DA MULHER

Relatório final – A comissão

parlamentar de inquérito e a Comissão do Ano da Mulher realizam reunião para apresentar e votar o relatório final dos trabalhos.

QUARTA-FEIRA

10h – CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Compra de votos – A comissão discute o projeto (PLS 76/03) que muda a data inicial pela qual se caracteriza a compra de votos por parte do candidato para o dia da escolha na convenção partidária. Atualmente, a infração só é considerada a partir da data do registro da candidatura. O presidente do Supremo, ministro Nelson Jobim, e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, participam da reunião.

10h – INFRA-ESTRUTURA, ASSUNTOS ECONÔMICOS E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Transporte – A reunião conjunta promove audiência pública com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, sobre o estado de conservação das estradas e os planos para o atendimento às necessidades urgentes de infra-estrutura.

11h – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Silicone – Projeto (PLC 26/99) estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. As próteses devem atender aos seguintes princípios: prescrição médica para a sua aquisição, embalagem com informações sobre os benefícios e malefícios do produto, registro junto à Anvisa. **Autor:** deputado Miro Teixeira (PPS-RJ). **Relator:** senador Augusto Botelho (PDT-RR).

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

12h30: Sessão não deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária. A pauta do Plenário está trancada. Outras propostas só podem ser examinadas depois da votação das seguintes propostas:

Gratificação – O projeto, originado da Medida Provisória 208/04, reajusta a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), paga aos professores das instituições de ensino superior públicas (PLV 55/04). O aumento, de acordo com o texto, vai alcançar cerca de 73 mil docentes. **Autor:** Poder Executivo. **Relatora:** senadora Fátima Cleide (PT-RO).



Previdência – Originada da Medida Provisória 209/04, a proposta muda a tributação dos planos de previdência e de seguros de vida com cobertura por sobrevivência (PLV 56/04). A partir do próximo ano, esses planos teriam alíquotas decrescentes, de acordo com o prazo do investimento, que variam entre 35% para prazos inferiores ou iguais a dois anos, e 10% para prazo superior a dez anos. O objetivo é incentivar a poupança. **Autor:** Poder Executivo.

Carreiras – Outros dois projetos tratam de reestruturação de carreiras e gratificações. O primeiro (PLV 57/04) dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Federal Direta, das Autarquias e das Fundações Federais, enquanto o segundo (PLV 58/04) reorganiza as classes da Carreira Policial Federal, altera a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo à Atividade Policial

Federal e o Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal. **Autor:** Poder Executivo.

Crédito suplementar – A medida provisória (MP 211/04) libera R\$ 50 milhões para o Ministério da Integração Nacional e R\$ 10 milhões para o Ministério dos Transportes. Os recursos são destinados, respectivamente, aos municípios atingidos por fortes chuvas e à recuperação da ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na capital maranhense. **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Magno Malta (PL-ES).

ProUni – O projeto (PLV 59/04) cria o Programa Universidade para Todos (ProUni), que destina bolsas integrais e parciais para alunos de baixa renda em instituições de ensino superior privadas. O texto prevê isenção de impostos às faculdades cadastradas. A proposta é derivada da Medida Provisória 213/04. **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

Biodiesel – O último projeto originado de medida provisória que consta na pauta desta semana é o que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira (PLV 59/04). Fonte energética alternativa, o combustível tem origem vegetal e é biodegradável. **Autor:** Poder Executivo. **Relator:** senador Tião Viana (PT-AC).

QUARTA/QUINTA-FEIRA

14h30: Sessão deliberativa ordinária. A agenda depende do resultado das sessões anteriores.

SEXTA-FEIRA

9h: Sessão não deliberativa

FILME IMPRÓPRIO Mercadante propõe que jovem acima de 16 anos tenha o direito de escolher o que quer assistir

Classificação máxima pode cair para 16 anos

Se depender de projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), já aprovado na Comissão de Educação, jovens acima de 16 anos terão o direito de escolher os espetáculos que lhes são convenientes, acabando com o efeito da portaria assinada em julho deste ano pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que proíbe o acesso de adolescentes na faixa de 16 a 18 anos a filmes considerados impróprios para a idade. Na Comissão de Educação, o PLS 128/04 foi relatado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que em sua

análise propôs a aprovação da proposta de Mercadante.

– O jovem de 16 anos de hoje tem amadurecimento suficiente para discernir sobre o que é certo ou errado, o que é bom ou ruim para ele e para a comunidade em que vive – defende. Para o senador, “não faz sentido que uma mesma sociedade reconheça esse amadurecimento para o exercício do voto, mas não o admita suficiente para que o jovem escolha o tipo de diversão que lhe convém”, criticou.

Demostenes justifica sua posição afirmando que as crianças

entram cada vez mais cedo na puberdade e, com o advento da televisão, passaram a dispor de conhecimentos que aceleram seu desenvolvimento intelectual.

O senador cita pesquisa realizada pela pediatra norte-americana Márcia Herman Giddens, da Universidade da Carolina do Norte, que confirma a tendência das meninas chegarem cada vez mais cedo à puberdade. Segundo os dados, de 1850 a 1960, a idade média da primeira menstruação caiu de 17 para 13 anos, ficando, de 1960 até 2004, entre 11 e 12 anos.



Relator na CE, Demostenes apóia o projeto por entender que, com 16 anos, o jovem já sabe discernir o certo do errado



Pela portaria do Ministério da Justiça, a criança pode assistir a filme classificado para faixa imediatamente superior à sua, desde que acompanhada dos pais

Mercadante: jovem é considerado capaz para votar

O autor do projeto, Aloizio Mercadante, explica que a Constituição estabelece que é competência da União exercer a classificação, para efeito indicativo, de diversões públicas e de programas de rádio e televisão. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, determina que cabe ao poder público deliberar sobre as faixas etárias recomendadas para os espetáculos e diversões.

A partir dessas determinações, o Ministério da Justiça tem regulado o assunto por meio de portarias e, tradicionalmente, estabelece que as faixas etárias para classificação devem chegar

até os 18 anos. “Percebe-se assim que é o Executivo que estabelece esse limite, não havendo nada na lei que indique a idade máxima”, observa o senador.

Em defesa da liberação de filmes, vídeos e DVDs para jovens acima de 16 anos, Mercadante lembra que o novo Código Civil já reconheceu que, com a evolução cultural, era possível reduzir de 21 para 18 anos a idade para a capacidade civil.

– É importante lembrar que aos 16 anos o adolescente já

é considerado relativamente capaz, estando autorizado a realizar atos muito complexos (o mais complexo talvez seja o direito de voto) do que a mera escolha de um filme ou espetáculo – reforça Mercadante. “Hoje, qualquer jovem pode ter acesso a obras audiovisuais com tamanha facilidade que as restrições impostas a cinemas e estabelecimentos de locação de vídeos e DVDs não surtem nenhum efeito”, afirma o senador.

idade que as restrições impostas a cinemas e estabelecimentos de locação de vídeos e DVDs não surtem nenhum efeito”, afirma o senador.

Ministério da Justiça flexibilizou as normas

A classificação, hoje, obedece à portaria assinada em julho pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que estabeleceu critérios detalhados para filmes, vídeos e DVDs. A portaria permite que crianças e adolescentes tenham acesso a salas de cinema cujo filme tenha recebido classificação imediatamente superior à faixa etária do menor,

desde que em companhia dos pais ou de pessoas com mais de 18 anos, autorizadas, por escrito e com firma reconhecida, a acompanhá-los. A flexibilização segue até os 16 anos, quando passa a ser vedado o acesso de

adolescentes de 16 a 18 anos a filmes cuja classificação corresponda a “inadequado para menores de 18 anos”.

Para chegar a essa deliberação, o ministério promoveu consultas e audiências públicas. Além dos debates, realizou pesquisa em seu site reunindo a opinião de 263 pessoas sobre a classificação por faixa etária.

De acordo com os resultados, 43% das pessoas responderam que crianças e adolescentes poderiam assistir a filmes e espetáculos sem quaisquer restrições, desde que acompanhados dos pais. Outras 43% se manifes-

Senador lembra que idade para a capacidade civil caiu de 21 para 18 anos

Decisão foi precedida de consultas, debates e pesquisa pela Internet

Entidade de direitos da infância crítica, estudantes apóiam

Para o diretor da Associação Nacional dos Direitos da Infância (Andi), Veet Viverta, o projeto do senador Mercadante “contempla uma questão importante, mas erra o alvo”. O dirigente da Andi afirma que o Ministério da Justiça tem avançado na discussão sobre a classificação de filmes e, com a portaria publicada em julho, acertou ao permitir o acesso de crianças e de jovens até 16 anos a filmes liberados para as faixas etárias superiores, desde que acompanhados pelos pais ou responsáveis.

– Os pais, nesse caso, podem ajudar na reflexão sobre o filme – explica Viverta. Já na faixa de 16 a 18 anos, observou, o governo optou por impedir o acesso de menores, seguindo critérios psicológicos e biológicos aceitos em nível mundial que apontam a faixa etária de 18 anos como referencial de amadurecimento do adolescente.

– Em média, o início da fase adulta ocorre nessa idade – afirma o diretor da associação, para quem “simplesmente ignorar esse processo é desconhecer

uma posição universalmente aceita”. Em sua opinião, o projeto “atropela” discussões em curso, que no Brasil são importantes pela complexidade do quadro socioeconômico.

LIBERDADE

O estudante Gabriel Farias de Oliveira, de 17 anos, aluno do colégio Inei, de Brasília, não vê sentido na proibição contida na portaria do Ministério da Justiça. “Hoje contamos com a Internet, votamos, e não será uma portaria que irá deter o acesso do jovem à informação ou atividades culturais, como o cinema”, afirmou o estudante.

Para Gabriel, os limites devem ser estabelecidos pelo próprio jovem. “Se vou a uma locadora e escolho um filme que me incomoda, mudo para outra fita ou desligo”, explica ele.

Mônica Palmeira, estudante do colégio Sigma, em Brasília, também apóia o projeto de Mercadante. “Não podemos assistir a filmes de arte, como alguns franceses e latino-americanos, porque, em geral, são proibidos para menores de 18 anos”, lamenta Mônica, que completará 16 anos em março do próximo ano.

REFORMA Mudanças previstas na Emenda Constitucional 45 vão contribuir para modernizar e agilizar o Judiciário

Promulgada emenda que mudou a Justiça

O presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, promulgou na última quarta-feira a Emenda Constitucional 45, que reforma o Judiciário. Entre outras medidas, o novo texto constitucional institui o controle externo do Judiciário, cria a súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal e federaliza os crimes contra os direitos humanos (*veja quadro ao lado*).

Na promulgação, Sarney destacou que a reforma contribuirá para a renovação e modernização do Judiciário, dando à instituição condições de prestar serviços com maior celeridade, opinião compartilhada pelo presidente da Comissão de Constituição, Jus-

tiça e Cidadania (CCJ), senador Edison Lobão (PFL-MA), e pelo relator da matéria, senador José Jorge (PFL-PE).

Em nome do Judiciário, o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, agradeceu o trabalho feito pelo Congresso. Para ele, a reforma colocou o Judiciário como um tema nacional.

Para os representantes dos três Poderes presentes à cerimônia, conforme ressaltou o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, as contestações à proposta de criação do Conselho Nacional de Justiça, como a que foi feita pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), não devem prosperar.

Também participaram da sessão de promulgação o vice-presidente da República, José Alencar; o presidente da Câmara, João Paulo Cunha; o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; os presidentes do Superior Tribunal Militar, José Julio Pedrosa; do Tribunal Superior do Trabalho, Vantuil Abdala; e do Tribunal Superior Eleitoral, Sepúlveda Pertence; o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles; o advogado-geral da União, Álvaro Ribeiro da Costa; o presidente da OAB, Roberto Busato; o primeiro relator no Senado, Bernardo Cabral; o primeiro relator na Câmara, Jairo Carneiro (PFL-BA); e a última relatora, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP).



João Paulo Cunha, José Alencar, José Sarney e Nelson Jobim durante cerimônia no Plenário da Câmara

Pacto para mudar legislação infraconstitucional

O presidente do Senado, José Sarney, participa na quarta-feira de cerimônia no Palácio do Planalto em que serão entregues pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva sete projetos de lei que alteram o Código de Processo Civil e iniciam a reforma infraconstitucional do Judiciário.

As propostas, que se somam a outras nove já em tramitação no Congresso, têm o apoio do ministro da Justiça, Márcio

Thomaz Bastos, e do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, que também estarão presentes ao evento, que está sendo chamado de "pacto pelo Judiciário".

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), e o relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), prevêem que a discussão da regulamentação da reforma constitucional e a nova legislação infraconstitucional

devem concentrar os esforços no primeiro semestre de 2005.

Nesse sentido, o presidente da Câmara, deputado João Paulo, informou que a comissão mista que irá regulamentar dispositivos da emenda csonstitucional será criada no início do ano.

Na última quarta-feira, Sarney observou que o processo não se encerra com a promulgação e ainda há um grande trabalho para modernizar a Justiça.

O que entra em vigor imediatamente

Súmula vinculante	Toda a Justiça terá que seguir decisão do STF, desde que aprovada repetidas vezes por, no mínimo, oito de seus 11 ministros.
Defensorias públicas estaduais	Órgãos criados para quem não pode pagar advogado, passam a ter autonomia administrativa, com proposta orçamentária própria.
Rapidez processual	A "razoável duração do processo" torna-se um direito do cidadão. O juiz que descumprir prazos legais não poderá ser promovido.
Federalização de crimes contra direitos humanos	Crimes como tortura e homicídio poderão ser julgados pela Justiça Federal se o procurador-geral da República manifestar interesse.
Varas para disputas fundiárias	Os tribunais de Justiça poderão criar varas especializadas para julgar disputas por terras.
Revisão da competência do STF	O STF poderá se recusar a julgar processos que não tenham "repercussão geral", ou seja, impacto econômico, social ou político significativos.
Tratados sobre direitos humanos	Tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso terão a mesma força de dispositivo constitucional.
Mudanças na Justiça do Trabalho	O Tribunal Superior do Trabalho (TST) ganhará dez ministros, totalizando 27. Juizes de Direito poderão atuar como juizes do Trabalho em locais onde não houver vara trabalhista.
Número de juizes	O número de juizes deverá ser proporcional à demanda judicial. Ou seja, haverá mais magistrados onde houver mais processos judiciais.
Quarentena	Os juizes e membros do Ministério Público não poderão exercer a advocacia, no tribunal onde atuavam, pelo prazo de três anos.
Carreira	A promoção de procuradores e juizes levará em conta a produtividade. Para ingresso na carreira, será exigida experiência mínima de três anos na área jurídica.
Fim das férias forenses coletivas	A Justiça trabalhará ininterruptamente com o fim dos recessos dos tribunais.
Extinção dos tribunais de alçada	Hoje, estabelecidos em SP, MG e PR, deixarão de existir. Seus juizes serão incorporados aos respectivos tribunais de Justiça.
Ouvidorias	Devem ser criadas pelos tribunais de Justiça para receber denúncias contra membros ou órgãos do Judiciário.
Sessões públicas	Ficam proibidas as sessões reservadas.
Justiça itinerante	Permitirá a descentralização, para atender à população de localidades distantes dos tribunais.

Órgãos que serão criados em seis meses

Conselho Nacional de Justiça	Fará o controle externo, investigando denúncias contra juizes ou servidores da Justiça, podendo até aposentá-los. Terá 15 integrantes: 11 do Judiciário e do Ministério Público, dois advogados, um indicado pelo Senado e um pela Câmara.
Conselho Nacional do Ministério Público	Órgão similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltado para as ações dos membros do Ministério Público federal e estadual. Terá 14 membros.

PEC enviada pelo Senado à Câmara

Defensorias públicas da União e do DF	Ganharão autonomia, como foi estabelecido para as defensorias públicas estaduais.
Fim do nepotismo	Proibirá juizes de nomear cônjuge ou parente até segundo grau para cargos de confiança em órgãos em sua jurisdição.
Arbitragem	Possibilitará aos interessados a resolução de conflitos pelo juízo arbitral, que pode resolver litígios de maneira mais rápida.
Súmula impeditiva de recursos	Por meio dela, caso as instâncias inferiores decidirem de maneira análoga às súmulas editadas pelo STJ e pelo TST, as partes do processo não poderão recorrer à sentença. Para se tornarem súmulas, as decisões do STJ e do TST terão que ser apoiadas repetidas vezes por dois terços de seus membros.
Unicidade recursal	O STF só irá analisar recursos depois de concluído o julgamento pelo STJ.
Redução do número de ministros do STM	De 15 para 11 membros.
Foro privilegiado	Será estendido aos ex-ocupantes de cargos eletivos.
Julgamento de prefeitos	A competência para julgar os administradores municipais passa para os tribunais de Justiça.
Vitaliciedade	Só valerá depois de o magistrado passar três anos no cargo
Conciliação na Justiça do Trabalho	Permitirá a criação, por lei, de órgãos de conciliação, mediação e arbitragem sem caráter jurisdicional

1992

26/03 - O deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP) apresenta proposta de emenda constitucional para modificar o Poder Judiciário (PEC 96/92).

12/08 - Aprovado relatório do deputado Luiz Carlos Santos, pela admissibilidade da matéria.

1995

02/05 - A Câmara cria uma comissão especial para analisar o projeto. Jairo Carneiro (PFL-BA) é escolhido relator. Ele sugere a criação do controle externo.

1996

08/08 - Carneiro apresenta relatório favorável, que não chega a ser votado.

1999

1º/06 - Depois de a comissão ter sido reativada, o novo relator, Aloysio Nunes (PSDB-SP), apresenta relatório favorável, que não chega a ser votado.

19/10 - A comissão aprova por unanimidade parecer da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que havia assumido a relatoria em agosto.

2000

30/06 - O texto aprovado pela Câmara depois de sete meses de discussão em Plenário é encaminhado ao Senado. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) torna-se relator da matéria (PEC 29/2000).

2001

28/11 - A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprova o relatório de Cabral, que só chega ao Plenário após a votação de destaques e consolidação do texto final, em junho do ano seguinte.

2002

09/10 - A CCJ aprova relatório de Cabral sobre as emendas de Plenário. O texto não chega a ser votado em Plenário, depois que o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, pediu o adiamento da reforma.

2003

18/02 - Após conversa com líderes partidários, o presidente do Senado, José Sarney, manda o texto da reforma de volta para a CCJ, onde o senador José Jorge (PFL-PE) é indicado relator.

2004

24/03 - A Comissão de Justiça aprova relatório de José Jorge, que desmembra a reforma em quatro PECs. As partes aprovadas tanto por deputados como por senadores vão se transformar em emenda constitucional.

17/11 - A reforma do Judiciário é finalmente aprovada depois de o trancamento da pauta do Senado, por medidas provisórias, adiar sistematicamente a votação. Com isso, uma das propostas vai à promulgação e o restante é encaminhado à Câmara.

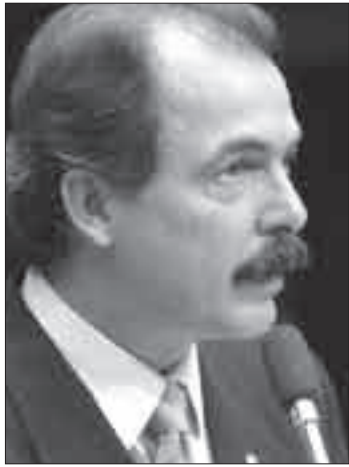
PLENÁRIO

Presidente do BC agora tem *status* de ministro

Depois de quase cinco horas e meia de discussão, o Plenário do Senado aprovou na noite da quarta-feira o projeto de lei de conversão (PLV 54/04) que dá ao cargo de presidente do Banco Central o *status* de ministro de Estado. Substitutivo da Medida Provisória (MP) 207/04, o projeto concede foro privilegiado ao presidente da instituição, que só poderá ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O texto foi aprovado por 40 votos a 25. Como já passou pela Câmara, será agora sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Editada pelo governo com o argumento de que o exercício do cargo de presidente do BC precisa de garantias, devido à sua relevância estratégica, a MP foi bastante criticada pela oposição e até mesmo por senadores da base aliada, como Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), que chamou a proposta de “equivocada”. Para alguns senadores, a edição da MP foi um casuísmo para proteger Henrique Meirelles, o atual presidente do BC, de processos por crimes comuns. “Os senadores que votarem a favor estão cometendo perjúrio, já que juraram defender a Constituição”, afirmou o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Um dos argumentos mais usados pelos opositores foi a inconstitucionalidade da MP. Parlamentares como Alvaro



Mercadante defendeu a medida, que será sancionada pelo presidente da República

Dias (PSDB-PR) lembraram que o próprio procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, considerou a edição da MP uma “afrenta ao princípio da moralidade”. Os senadores também ressaltaram que a matéria criava uma situação inusitada, uma vez que o presidente do BC seria considerado ministro de Estado, mas estaria formalmente submetido a outro ministro (o da Fazenda, seu superior hierárquico). Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), isso criava um ministro de segunda classe.

A defesa da MP coube aos senadores governistas. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), citou a situação do presidente do banco central de outros países. Segundo ele, “noventa países



Alvaro Dias lembrou que o próprio procurador-geral da República condenou a MP

no mundo já superaram esse debate, e mantêm a autoridade monetária do país com direito a foro privilegiado”.

Instrumento da política econômica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também defendeu a aprovação do texto que veio da Câmara. Segundo ele, a MP é importante para o governo conduzir sua política econômica. Ele pediu, porém, que o presidente Lula editasse menos MPs. Já o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que votava favoravelmente porque confiava na honestidade do presidente e na capacidade de julgamento do STF.



Antonio Carlos, que preside a comissão mista, afirmou que será feita inicialmente “depuração” das medidas provisórias

Comissão deve mudar tramitação das MPs

A comissão mista especial criada para aperfeiçoar a tramitação de medidas provisórias (MPs) elegeu terça-feira (7) o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para presidi-la. De acordo com o parlamentar, que escolheu o deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF) para relator, os trabalhos da comissão deverão se estender, no máximo, até 15 de fevereiro de 2005, quando se inicia o novo ano legislativo.

A comissão ouvirá, a partir desta semana, líderes e parlamentares das duas Casas do Congresso, entre eles Arthur Virgílio (PSDB-AM), Aloizio Mercadante (PT-SP), José Agripino (PFL-RN), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Jefferson Péres (PDT-AM) e os deputados José Carlos Aleluia (PFL-BA), Professor Luizinho (PT-SP) e Miro Teixeira (PPS-RJ).

Segundo Antonio Carlos, a comissão mista fará, inicialmente, um trabalho de “depuração” das MPs. Até o mês passado, o Executivo já havia editado 122 medidas.

Para o senador, o Congresso não pode continuar com sua pauta trancada em consequência do excesso de medidas provisórias editadas pelo governo, enquanto a população acredita que o Congresso não trabalha.

– O ideal seria não termos medidas provisórias. Mas se conseguirmos definir com objetividade e clareza os critérios para edição das MPs, o Congresso ficará mais forte – afirmou.

Também compõem a comissão os senadores Eduardo Azevedo (PSDB-MG), Tião Viana (PT-AC), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Medidas dificultam votações importantes

Para o senador Augusto Botelho (PDT-RR), o Senado está tendo dificuldades para votar matérias importantes, como as parcerias público-privadas (PPPs), devido ao excesso de MPs. Ele avalia que o Executivo abusa desse instrumento.

Congresso aprova 21 créditos orçamentários para a União

Foram enviados para sanção da Presidência da República 21 créditos suplementares e especiais aprovados na sessão do Congresso Nacional realizada quinta-feira. Os créditos, aprovados anteriormente pela Comissão Mista de Orçamento, objetivam reforçar o caixa da União ainda este ano. O maior valor aprovado – R\$ 4,485 bilhões – destina-se aos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

O Congresso garantiu ainda crédito especial, no valor de R\$ 835 mil, para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Ministério da Saúde recebeu dois créditos, um de R\$ 216,393 milhões e outro de R\$ 199,450 milhões. A Presidência da República terá dois créditos suplementares, um de R\$ 2 milhões e outro de R\$ 30,701 milhões. Os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Turismo receberão crédito comum de R\$ 21,121 milhões. Mas o de Turismo terá outro crédito de R\$ 300 mil.

O Ministério das Cidades receberá R\$ 25 milhões e mais duas dotações no valor de R\$ 800 milhões. Os Ministérios da Justiça e da Defesa terão acesso a depósitos em comum, o primeiro de R\$ 86,146 milhões e o segundo de R\$ 631,132 milhões. Os Ministérios da Agricultura, Pecuária e



Patrícia Saboya

Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário terão dois créditos em conjunto, de R\$ 433,418 milhões e de R\$ 107,950 milhões.

Foram aprovados também: para o Ministério das Relações Exteriores, R\$ 9,2 milhões; para o Ministério da Ciência e Tecnologia, R\$ 78,340 milhões; para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, R\$ 2,791 milhões; para o Ministério da Educação, R\$ 70,237 milhões e R\$ 123,473 milhões; e para órgãos do Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público da União, R\$ 570,354 milhões.

Continua investigação sobre exploração sexual infantil

O deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que presidiu a sessão, anunciou a criação de comissão temporária mista que dará continuidade às medidas sugeridas no relatório final da CPI da Exploração Sexual. A comissão funcionará até 15 de dezembro de 2005 e terá como representantes titulares Patrícia Saboya (PPS-CE) – foto –, Fátima Cleide (PT-RO) e Lúcia Vânia (PSDB-GO). Como suplentes, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), João Batista Motta (PMDB-ES) e Flávio Arns (PT-PR).



Serys Slhessarenko (D) participa, no Plenário do Senado, da sessão solene do Congresso que lembrou o aniversário do Parlatino

Parlamento Latino-Americano faz 40 anos e é homenageado

Durante sessão solene do Congresso em homenagem aos 40 anos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino), quarta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a coincidência entre o aniversário da instituição, criada em Lima, no Peru, e a realização em Cuzco da reunião de cúpula dos presidentes da América do Sul.

– Durante o encontro de Cuzco, que começa no mesmo país onde nasceu o Parlatino, espero que os presidentes possam assentar a pedra fundamental da Comunidade Sul-Americana de Nações – afirmou Sarney.

O presidente disse estar orgulhoso de ter iniciado, juntamente com o ex-presidente argentino Raúl Alfonsín, a nova fase de aproximação entre os

países do subcontinente. Mas alertou que ainda existe um grande caminho a ser percorrido.

Emenda prevê eleição direta para o Parlatino

Sarney recebeu medalha comemorativa do evento das mãos do presidente do Parlatino, deputado Ney Lopes (PFL-RN), que defendeu a eleição direta dos integrantes do Parlamento regional. Ele observou que existe em tramitação, no Congresso, proposta de emenda à Constituição com esse objetivo.

Em nome do Senado, Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou que o Parlatino vem desempenhando seu papel de “aglutinador dos Parlamentos latino-americanos”.

PARCERIAS

Projeto das PPPs chega ao Plenário

O projeto de lei das parcerias público-privadas (PPP) poderá ser votado em Plenário esta semana. O texto que será analisado pelos senadores é o substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quinta-feira (9). Para entrar em pauta, será preciso que antes os senadores votem as medidas provisórias que estão obstruindo as votações. O projeto das PPPs (PLC 10/04) é um dos mais complexos enviados este ano pelo Executivo ao Congresso.

O texto que sairá do Senado é resultado de acordos que foram construídos ao longo das três comissões por onde o projeto tramitou – Serviços de Infra-Estrutura (CI), Assuntos Econômicos (CAE) e CCJ. Por isso, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), acredita que a análise pelo Plenário não trará modificações significativas à matéria. Para ele, a proposta que sairá do Senado expressa um consenso entre governo e oposição, com o objetivo de dar segurança política e institucional para contratos que poderão vigorar por até 35 anos.

– Não se trata de um projeto de governo, mas de uma política de Estado – reforçou Mercadante, acrescentando que já está conversando com lideranças da Câmara para manter o texto construído pelos senadores.

O relatório do senador Tourinho aprovado na CCJ trouxe novidades. Uma delas foi a limita-



Presidida por Edison Lobão (E), a CCJ aprovou por unanimidade o substitutivo de Rodolpho Tourinho. Texto aguarda liberação da pauta para ser votado em Plenário

ção da participação de fundos de previdência complementar, seja de estatais ou de companhias privadas, nos projetos de parcerias, que não poderá exceder a 80% do total do investimento. O parecer da CAE, aprovado anteriormente, estabelecia esse limite apenas para fundos ligados a estatais. Além disso, ficou decidido que os projetos das PPPs terão que observar a chamada Lei da Arbitragem (Lei 9.307/96). Esse acréscimo foi sugestão do senador Marco Maciel (PFL-PE).

Para Mercadante, o substitutivo contém avanços como o teto para recursos públicos nas PPPs, que não podem ser superiores a 80% do valor total do empreendimento e os leilões para escolha dos investidores privados.

Resultados só virão a médio prazo, afirma Tasso Jereissati

Para o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), um dos principais negociadores do projeto das parcerias público-privadas nas comissões do Senado, a implantação da nova modalidade de contrato será lenta e os resultados só aparecerão a médio prazo. Ele reafirmou, após a votação do relatório do senador Tourinho, na Comissão de Justiça, que as PPPs funcionam como ferramenta complementar, mas não são a solução para um país que possui uma necessidade anual de investimento em infra-estrutura de R\$ 40 bilhões.

Mesmo assim, Jereissati mostrou-se satisfeito com o resultado do parecer aprovado na CCJ. “Conseguimos fazer a blindagem necessária para garantir a participação do capital privado e resguardar o interesse público”, disse. Ele afirmou também que “a zona cinzenta entre o público e o privado” que existia no texto original do Executivo, e que poderia estimular os desvios de verbas públicas, foi solucionada.

– O projeto era péssimo e levou o senador Jereissati à grita de que estimularia a corrupção no país. O Banco Mundial já estimou que

a cada R\$ 10 investidos no Brasil, R\$ 4 a R\$ 5 escorrem pelo ralo da corrupção – ressaltou o senador Demostenes Torres (PFL-GO) durante os debates na CCJ.

A avaliação de que a proposta ficou melhor nos oito meses em que tramitou nas comissões do Senado foi geral. Os senadores Fernando Bezerra (PTB-RN) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) preferiram deixar os seus comentários para o Plenário, embora tenham apoiado o substitutivo apresentado por Tourinho. Ainda se manifestaram os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Ney Suassuna (PMDB-

PB) e José Agripino (PFL-RN). Os projetos do tipo PPP estão presentes em mais de 50 países. Na Inglaterra, por exemplo, já foram aprovados cerca de 500 contratos de parcerias público-privadas desde 1992. Com a aprovação do projeto das PPPs, o governo brasileiro pretende recuperar a capacidade de investimento em obras como portos, hidrelétricas e rodovias, reduzida desde os anos 90. Para se ter uma idéia, no ano passado, o investimento estatal foi 44,7% inferior ao feito em 1997.

Relatório da CPI da Terra será apresentado quarta

Nesta quarta-feira, o deputado João Alfredo (PT-CE) apresentará o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Terra, que poderá encerrar as atividades nesse dia. O presidente da CPI, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), no entanto, advertiu para a existência de requerimentos solicitando a prorrogação dos trabalhos. Caso os pedidos sejam aprovados, as atividades da CPI serão estendidas até 15 de dezembro de 2005. Dos 72 nomes aprovados pela comissão para prestar depoimentos, apenas 10 foram ouvidos.

O senador Sibá Machado (PT-AC) afirmou que ocorre no Brasil um genocídio no campo. Ele disse esperar que os trabalhos da CPI possam contribuir para a solução dos conflitos. Para Sibá, a terra em área de reforma agrária deve ser considerada terra pública da União.

Agência para o desenvolvimento industrial

O projeto de lei que autoriza o governo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) recebeu parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A proposta (PLC 48/04) tramita em regime de urgência e, se aprovada pelo Plenário, seguirá diretamente para sanção presidencial.

Antes de votar o projeto, os senadores debateram princi-

palmente as fontes de financiamento da agência. Relator *ad hoc*, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) esclareceu que os recursos destinados à ABDI não seriam retirados do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Microempresas (Sebrae) nem da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (Apex), como os integrantes da comissão haviam entendido. Viriam

da redução de 3% para 1% do percentual cobrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para arrecadar os recursos destinados ao Sistema “S”.

– Minha preocupação está resolvida – disse Hélio Costa.

Segundo a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), a redução do percentual cobrado pelo INSS não causará prejuízo para a Seguridade Social. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou a mesma opinião. Aelton Freitas (PL-MG) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) também anunciaram o voto favorável.

O projeto recebeu os votos contrários de Efraim Moraes (PFL-PB) e Juvêncio da Fonseca (PDT-MS). Para Juvêncio, a retirada de recursos da Seguridade Social para financiar a nova agência é uma “questão bastante delicada”. Para Osmar Dias (PDT-PR), presidente da CE, a posição de Juvêncio refletia a opinião do seu partido, o PDT.



Presidida por Osmar Dias (E), CE aprovou texto após informações de Hélio Costa sobre origem dos recursos para criação da ABDI

Responsabilidade fiscal para a aprovação de créditos

A comprovação do cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal poderá ser exigência obrigatória para autorização das solicitações de operações de crédito interno e externo feitas pelo Executivo ao Senado. A mudança está no substitutivo aprovado na terça-feira (7) pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O substitutivo foi apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto (PRS 5/04) de João Capiberibe (PSB-AP) – foto. O texto, que altera a Resolução 96/89 do Senado, exige a apresentação de relatórios, com a comprovação da publicação dos documentos, nas instruções de pedidos de autorização de empréstimos.

O autor argumenta que a Lei de Responsabilidade Fiscal garante transparência nas ações governamentais e o projeto reforça o papel da Casa na aprovação de quaisquer créditos.

A CAE aprovou ainda três requerimentos para audiências públicas: Ney Suassuna (PMDB-PB) quer discutir com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento a necessidade de correção na Lei Kandir; Eduardo Azeredo (PSDB-MG) propõe ouvir a ministra de Minas e Energia sobre a reestruturação do setor elétrico e o ministro dos Transportes, sobre a conservação das rodovias.



Capiberibe

Acatado empréstimo para projeto no Maranhão

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (7) parecer favorável à autorização para que o Maranhão contrate, com garantia da União, operação de crédito no valor de US\$ 30 milhões, com o Banco Mundial. Os recursos irão financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do estado. Edison Lobão (PFL-MA) destacou a importância do empréstimo para aplicação de recursos na área rural do Maranhão. A matéria seguiu para exame do Plenário (MSF 180/04).

O projeto terá contrapartida de US\$ 6,5 milhões do governo estadual e de US\$ 3,5 milhões das comunidades. Segundo relatório de Rodolpho Tourinho (PFL-BA), o Maranhão possui capacidade de pagamento, conforme atesta a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Foi concedida vista ao senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) da proposta autorizando o governo federal a contratar crédito com o Banco Mundial no valor de US\$ 572 milhões para o Projeto de Apoio ao Programa Bolsa-Família (MSF 188/04).

Em seu relatório favorável ao pedido, Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que o empréstimo ajudará a tornar o programa mais eficaz.

COMISSÕES

DirecTV e Sky: conselho é contra fusão

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional aprovou e encaminhou às Mesas do Senado e da Câmara parecer contra a fusão das operadoras DirecTV e Sky, advertindo que a empresa oriunda do negócio passaria a controlar 95% do mercado de TV via satélite por assinatura. O parecer trata de irregularidades no processo de constituição de empresas, funcionamento do mercado e regulamentação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura por Satélite (DTH).

Uma das principais constatações é a ausência de fundamentação legal no processo de

regulamentação do DTH. Sem contarem com uma legislação específica nem estarem submetidas às exigências da Lei 8.977/95, que regula as operadoras de TV por assinatura a cabo e limita, por exemplo, a participação de investidores estrangeiros a 49% do capital dessas empresas, as operadoras de TV por assinatura via satélite estariam suscetíveis às investidas dos conglomerados internacionais de comunicação.

No dia 29 de outubro, a Globopar (integrante das Organizações Globo e acionista da Sky), o grupo australiano-norte-americano News Corporation (sócio controlador da Sky no país) e a DirecTV Group (com 34% do capital con-



Antonio de Pádua Teles, conselheiro, e José Paulo Cavalcante, presidente do conselho, debatem as consequências do negócio

trolado pela News Corporation) solicitaram à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

autorização para concretizar o negócio. Na empresa resultante dessa fusão, a Globopar ficaria

com apenas 28% do capital e a DirecTV Group deteria 72%.

Concorrência seria prejudicada

Embora o acordo entre os três acionistas tenha atribuído à Globopar “poder de veto em questão de programação e de endividamento da Sky”, o conselho retoma análises de órgãos ligados ao governo advertindo que a fusão poderia prejudicar a concorrência ao gerar possível concentração na oferta de programação. Outra queixa dos conselheiros relaciona-se à “total liberalidade” na participação de capital estrangeiro nas empresas detentoras de outorgas.

Delegado explica Operação Pororoca

O delegado da Polícia Federal (PF) Tardelli Boaventura explicou a senadores que as investigações que levaram à Operação Pororoca começaram há cerca de dois anos, motivadas por denúncias, feitas pelo Ministério Público, de possíveis irregularidades na licitação do Porto de Santana (Macapá). O delegado, que comanda as investigações, foi ouvido durante audiência pública quarta-feira (8) na subcomissão temporária da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) que acompanha o caso.

De acordo com o delegado, a PF local, de posse de autorização judicial, fez monitoramento telefônico dos suspeitos e descobriu o envolvimento do empresário Luiz Eduardo Pinheiro Correa em obras irregulares. O empresário não participou das obras do porto, mas de diversas outras, esclareceu Boaventura. No total, foram 16 obras, que somam R\$ 103 milhões, informou.

– A Polícia Federal constatou

que, no esquema utilizado, o empresário procurava ou era procurado e expunha interesse em realizar determinada obra. O estado e o município, que não dispunham de recursos suficientes, os conseguiram pela celebração de convênios com parlamentares de Brasília, com a garantia de que a obra seria executada por sua empresa – declarou o delegado.

Fraude no Siafi e dados falsos na Receita

Conforme Boaventura, a Operação Pororoca identificou delitos de fraude no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e constatou que dados falsos foram inseridos no sistema



Boaventura, da PF, ao lado de Ana Júlia: foram descobertos R\$ 103 milhões em obras irregulares

da Receita Federal de Macapá.

A PF encaminhou os diálogos gravados à Procuradoria do estado, que os enviou ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, relatou. O delegado acrescentou que as fitas indicam que alguns parlamentares tiveram contato com o empresário. Ele não revelou nomes.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), presidente da subcomissão, dirigiu a reunião. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) é o relator.

Aprovado novo diretor da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a indicação de Dirceu Raposo de Mello para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A nomeação ainda passará pelo crivo do Plenário do Senado, onde tramitará em regime de urgência.

A indicação, feita pelo presidente da República, foi relatada pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). Mello ocupará o

cargo deixado por Luís Carlos Wanderley Lima, cujo mandato terminou. O relator considerou que Raposo de Mello preenche os requisitos necessários ao cargo.

O indicado é farmacêutico, tem doutorado em análises clínicas e é membro de diversas organizações científicas, como a Sociedade Brasileira de Análises Clínicas e a Sociedade Nacional de Patologia Clínica.

Regras mais rígidas contra aftosa

Relatório favorável a projeto da Câmara (76/04) que pune produtores rurais que não cumprirem normas de combate à febre aftosa foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), destacou que 85% do rebanho brasileiro é considerado livre da doença graças à vacinação. Pecuáristas que não



Jonas Pinheiro

tomam precauções, disse, põem em risco as exportações do produto. Em 2003, as vendas de carne bovina para o exterior somaram US\$ 1,5 bilhão, conforme o senador.

O projeto prevê penalidades para produtores que deixarem de notificar às autoridades competentes a presença de focos da doença em seus rebanhos.

Projetos

Restrições à propaganda de bebida alcoólica

A relação entre propaganda de bebida alcoólica e o aumento de consumo do produto, especialmente entre jovens, levou o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a apresentar proposta que restringe a publicidade do álcool (PLS 352/04). O texto proíbe que esses produtos apareçam em patrocínio de eventos culturais e esportivos, visitas promocionais ou sejam distribuídos gratuitamente. Também veda a propaganda por meios eletrônicos, inclusive pela Internet.

Inclusão de foto no título eleitoral

A fim de evitar fraudes nas eleições, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou proposta que obriga a inclusão de fotografia no título de eleitor (PLS 348/04). O senador Paulo Paim (PT-RS) também propôs mudança na formatação de documentos. Projeto apresentado por ele (PLS 350/04) determina que sejam especificados na carteira de identidade o tipo sanguíneo, o fator Rh e o número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do titular.

Paim quer mais verbas do Fust para escolas

Aumentar de 18% para 30% a parcela do Fundo de Universalização dos Serviços de Comunicação (Fust) destinada às escolas públicas. É o que determina projeto (PLS 351/04) apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS). O aumento dos recursos, argumenta, possibilitaria maior investimento em redes de computadores e demais tecnologias de informação nas escolas.

Borges propõe mudança na CLT

O senador César Borges (PFL-BA) é autor de projeto que muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aumentando para cinco dias consecutivos as faltas concedidas ao trabalhador em caso de falecimento de familiar ou dependente econômico (PLS 347/04). O senador considera muito rígida a legislação atual, que dá ao empregado dois dias de ausência.

Mais garantias ao consumidor

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) apresentou proposta determinando que, no caso de produtos com defeito, o fornecedor fica obrigado a disponibilizar ao consumidor produto similar ou idêntico

caso o problema não seja sanado em dois dias úteis ou enquanto perdurar a reparação (PLS 349/04). O objetivo é aumentar as garantias do Código de Defesa do Consumidor.

Novo herói da pátria

Proposta do senador Osmar Dias (PDT-PR) inscreve o nome de Ildelfonso Pereira Correia, o Barão de Serro Azul, no Livro dos Heróis da Pátria (PLS 354/04). Osmar Dias ressalta a atuação do barão na Revolução Federalista, ocorrida no sul do país entre 1893 e 1895, durante o governo do marechal Floriano Peixoto.

Projeto diminui multas do Código Eleitoral

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou proposta que diminui o valor das multas impostas pelo Código Eleitoral aos institutos de pesquisa e aos responsáveis pela propaganda eleitoral (PLS 353/04). O texto diminui para até R\$ 100 mil a taxa imposta à empresa que

divulgar pesquisa sem registro na Justiça Eleitoral, que atualmente varia entre 50 mil e 100 mil Ufirs. Define ainda em até R\$ 50 mil a multa pela divulgação de propaganda eleitoral antes do prazo autorizado, que hoje fica entre 20 mil e 50 mil Ufirs ou o valor da propaganda.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 1º e 7 de dezembro

COMISSÕES

Vagas para carentes na universidade pública

As universidades públicas poderão ser obrigadas a reservar 30% do total de vagas para alunos carentes. A determinação é de projeto de lei da então senadora Iris de Araújo que recebeu terça-feira (6) parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A matéria ainda será votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo a proposta (PLS 215/03), considera-se carente o candidato cuja renda familiar seja inferior a cinco salários mínimos. E o ingresso dependerá de aprovação no processo seletivo para todos os candidatos.

O relator da matéria, senador Leonel Pavan (PSDB-SC), diz que o perfil de grande parte dos estudantes das universidades públicas é de pessoas provenientes de famílias com renda relativamente elevada. Os estudantes mais pobres, ressalta,



Estudante pobre tem sido obrigado a buscar escola paga, diz Pavan

“são forçados a buscar os cursos particulares e arcar com encargos freqüentemente elevados para os seus padrões de renda”.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) anunciou seu voto favorável à matéria, por sua capacidade de inclusão social. Já Cristovam Buarque (PT-DF) aproveitou o debate para criticar proposta anunciada pelo Ministério da Educação de destinar ao ensino superior 75% das verbas

federais para educação.

– Serão 75% para 500 mil alunos das universidades, enquanto 25% ficariam para 40 milhões de alunos do ensino básico. É um artigo elitista, e nem no Império havia limitações a favor dos ricos como nesse projeto – frisou.

Proibição de fumo no patrocínio de evento esportivo

Também recebeu parecer favorável da comissão o projeto de lei 333/03, de Magno Malta (PL-ES), que proíbe o patrocínio ao esporte ou à cultura por parte de empresas fabricantes de produtos fumíferos. A proposta, relatada por João Capiberibe (PSB-AP), elimina a janela existente na lei que isenta da proibição de patrocínio, até setembro de 2005, eventos esportivos internacionais que não tenham sede fixa em um só país e sejam organizados por instituições estrangeiras.

Pesquisa mostra que 38% dos brasileiros estão gordos

Cerca de 10% dos brasileiros são obesos e 28% estão com peso acima do ideal. O problema é maior entre as mulheres com idade superior a 50 anos – cerca de 17% delas são obesas e 35,6% têm sobrepeso. Esse é um dos dados preocupantes dos números brasileiros da Pesquisa Mundial de Saúde realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), apresentados na Subcomissão Temporária da Saúde, ligada à Comissão de Assuntos Sociais.

Em sessão presidida pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), os dados foram apresentados pelos médicos Francisco Viacava, da Fundação Oswaldo Cruz, coor-

denador nacional-assistente da pesquisa; José Antonio Escamilla, representante-substituto do Brasil na Organização Pan-Americana da Saúde; e Reinaldo Guimarães, diretor da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde.

Outros números que alarmaram os pesquisadores indicam que 14,4% dos brasileiros adultos perderam todos os dentes. Entre as mulheres de mais de 50 anos, 56% não têm nenhum dente natural.

Cerca de 18% dos brasileiros fumam diariamente. A maior incidência é entre os homens com mais de 50 anos – cerca de 25%. Os mais pobres fumam mais do



Papaléo (C) dirige debate na Subcomissão Temporária da Saúde

que os mais ricos.

No item alcoolismo, a relação se inverte. Os mais ricos bebem uma quantidade maior – 19% entre os mais ricos e 11,8% dos mais pobres bebem diariamente mais de cinco doses.

Em busca de valor e data de reajuste para o mínimo

O valor do salário mínimo para o próximo ano depende de acertos com o governo. Por enquanto só está garantido o reajuste para R\$ 283, previsto no relatório preliminar ao projeto de lei orçamentária para 2005, relatado pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR). O relator disse que estuda diversas possibilidades de reajuste, de acordo com o impacto nas despesas da União.

– Estou estudando vários cenários. Não há nada definido e ainda vou conversar com o presidente Lula. Trabalhamos para ter receitas consistentes. O desafio é conseguir recursos viáveis sem ameaçar o equilíbrio fiscal – afirmou Jucá.

Enquanto o valor não é definido, o governo acena com a possibilidade de antecipar o reajuste para janeiro, e não em



Romero Jucá disse que estuda diversas possibilidades para aumento do salário mínimo

maio. Segundo o senador Paulo Paim (PT-RS), o presidente Lula declarou-se simpático à idéia. Paim discutiu o assunto com Lula e defendeu o aumento do mínimo para R\$ 300. Ele refutou notícia de que teria tentado se beneficiar politicamente da informação de que Lula cogitava antecipar para janeiro o reajuste.

O debate sobre o novo salário mínimo está no centro das discussões do Congresso, que pretende definir mecanismos de reajuste permanente para o salário mínimo.

CPI do Banestado pode votar relatório ainda esta semana

O relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado (CPMI) será lido nesta terça-feira pelo relator da comissão, deputado José Mentor (PT-SP), e votado até o fim da semana. O novo cronograma foi apresentado na quinta-feira pelo presidente da CPMI, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ao final de reunião que havia sido marcada para a apresentação do relatório de

da CPMI o relatório final, assim que for concluída a sua impressão. Dessa forma, afirmou, os deputados e senadores da comissão poderiam estudar o conteúdo do documento antes



Antero Paes de Barros

mesmo de sua apresentação oficial, abrindo caminho para a concessão de um prazo de vistas menor do que o habitualmente utilizado.

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), afirmou que Mentor tem demonstra-

do preocupação em concluir a votação de seu texto até o dia 15. Antero, por sua vez, ponderou que as atividades do Senado deverão ser estendidas no mínimo até o dia 22, o que facilitaria a conclusão da votação.

– Acredito que, reduzindo de cinco para três dias o prazo de vistas do relatório, poderemos concluir a votação até o fim da semana – disse Antero.

Ele se comprometeu a encaminhar a todos os integrantes

Presidente da Cobra Tecnologia admite contrato sem licitação

O presidente da Cobra Tecnologia, Leandro Vergara Raimundi, informou na quinta-feira, na Comissão de Educação (CE), que a empresa assinou um contrato no valor de R\$ 134 milhões com o Banco da Amazônia sem licitação pública. Ele acrescentou que o contrato envolve até gerenciamento de equipes, e que antes os serviços eram feitos pelos próprios funcionários do banco. A Cobra é uma empresa subsidiária do Banco do Brasil e atua na prestação de serviços, aquisição e venda de materiais de informática para órgãos públicos.



Leandro Vergara

– É um absurdo a assinatura desse contrato sem licitação – protestou o senador José Jorge (PFL-PE) ao admitir, entretanto, que a Cobra pode prestar serviços ao Banco do Brasil sem licitação, já que é subsidiária da instituição. Mas considera que para os demais segmentos, como prefeituras, há a necessidade de procedimentos licitatórios legais. Do contrário, observou o senador,

pode haver privilégios para algumas empresas privadas, principalmente quando a Cobra serve de intermediária nas operações ou subloca serviços para terceiros.

Antero questiona pagamento da Petrobras a empresas

Será encaminhado à Mesa requerimento de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), por meio do qual o senador solicita ao Ministério de Minas e Energia informações sobre pagamentos feitos pela Petrobras - de valores devidos ao governo estadual - a credores do estado do Mato Grosso do Sul. A decisão foi tomada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), por recomendação do relator da matéria, José Maranhão (PMDB-PB).

O Requerimento 1.448/04 havia sido submetido à CCJ para que avaliasse se esse documento envolveria informações de caráter sigiloso. O relator disse que as informações solicitadas não dizem respeito a operações de instituições financeiras e, portanto, não se enquadrariam nos dispositivos da Lei Complementar 105/01. Por outro lado, observou que o requerimento se enquadra no artigo 216 do Regimento Interno, que trata dos requerimentos de informações, e que compete à Mesa decidir terminativamente a respeito do tema. A CCJ, a seu ver, não deveria emitir parecer sobre a iniciativa.

Antero afirmou que pagamentos feitos a Mato Grosso do Sul pela Petrobras “acabaram sendo direcionados a determinadas empresas, fazendo-se necessário conhecer o rol de tais empresas e seu efetivo relacionamento com o governo do estado”.

Comissão aprova embaixadores para Honduras, Guiana e Moldávia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reunida quinta-feira, sob a presidência do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), aprovou os pareceres favoráveis aos três nomes escolhidos pela Presidência da República para cargos de embaixadores do Brasil no exterior. As indicações dependem agora de votação no Plenário.

O ministro Arthur Vivacqua Correa Meyer foi indicado para assumir o cargo de embaixador na Guiana. Os diplomatas José Roberto de Almeida Pinto e Renato Luiz Rodrigues Marques devem ocupar, respectivamente, os cargos de embaixadores em Honduras e na Moldávia.

Arthur Vivacqua afirmou que a Guiana vem exibindo

desempenho econômico favorável e baixa inflação, e também manifestou sua confiança de que o Brasil será um parceiro de peso com aquele país.

José Roberto disse que, hoje, os serviços e indústrias de Honduras já são mais expressivos que o setor da agricultura. Como o país importa mais do que exporta, existe déficit em sua balança comercial, informou ele, acrescentando a opinião de que a relação entre Brasil e Honduras é limitada.

Renato Marques considerou que Brasil e Moldávia têm relações incipientes, mas com grande potencial para ser intensificadas. Ele vai acumular o cargo com o de embaixador na Ucrânia.

PLENÁRIO

Ideli destaca resultados favoráveis ao governo

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) anunciou os resultados favoráveis ao governo e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva registrados pela pesquisa de opinião pública encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope, que entrevistou 2.002 eleitores em 140 municípios.

De acordo com a pesquisa, chamada CNI/Ibope, a aprovação ao governo pulou de 55% em setembro para 62% em novembro, enquanto a desaprovação caiu de 36% para 30%. O nível de popularidade do presidente cresceu de 58% em setembro para 63% em novembro e o percentual dos que não confiam nele caiu de 35% para 33%.

Segundo a senadora, os índices de avaliação da área social foram os melhores do governo, apesar de ser o setor mais criticado na



Pesquisa CNI/Ibope mostra que índice de aprovação de Lula subiu, diz Ideli

gestão petista. Para 42% dos entrevistados, observou, as ações de combate à fome e à pobreza são o que o governo tem feito melhor. A senadora ressaltou ainda a reavaliação, feita pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), da estimativa de crescimento do produto interno

bruto (PIB) em 2004. É a terceira vez este ano que o Ipea revê sua projeção. Em março, o crescimento do PIB estava estimado em 3,4%; em setembro, passou a 4,6%; e, em dezembro, avançou para 5,2%. Ideli ainda citou declaração do diretor de Estudos Macroeconômicos do Ipea, Paulo Levy, que prevê maior expansão da economia no próximo ano. A diferença é que, em vez das exportações, a mola propulsora da economia será a demanda interna.

A líder do PT também destacou dados do IBGE segundo os quais o crescimento industrial do país foi de 8,3%, de janeiro a outubro deste ano. Ela observou que esse é o melhor desempenho da indústria desde 1994.

César Borges critica comparações

“É realmente inacreditável que a líder do PT, com a responsabilidade que tem, tenha divulgado informações manipuladas, comparando coisas heterogêneas e com metodologias distorcidas para favorecer a atuação do governo.”

A crítica foi feita pelo senador César Borges (PFL-BA), a propósito de pronunciamento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) no dia 2 último. Ela apresentou indicadores sociais e econômicos que comprovavam o bom desempenho do governo Lula. Segundo o senador, os dados

citados pela líder foram manipulados, não tiveram suas fontes apresentadas e sequer são utilizados pelos respectivos ministérios nas suas avaliações de desempenho. Um dos exemplos apresentados por César Borges para questionar a confiabilidade dos dados divulgados por Ideli foi a evolução do número médio de equipes do programa Saúde da Família. A senadora teria dito que o total passou de 7.810 em 1999/2000, no governo Fernando Henrique Cardoso, para 21.034 em 2003/2004, na atual administração.

– Não é ético fazer esse tipo de comparação tomando como base apenas os dois primeiros anos de cada governo e deixando de informar quantas equipes foram efetivamente herdadas da administração passada – afirmou César Borges.

Em aparte, Ideli Salvatti lembrou ter apresentado dados de forma rápida no Plenário, já que o fez em pronunciamento de cinco minutos. Ela registrou que as informações divulgadas são oficiais e prometeu fazer um discurso mais longo para detalhar todos os dados.

POLÍCIA FEDERAL - O governo abusa do *marketing* para tentar mostrar à sociedade que as ações da Polícia Federal (PF), que culminaram com a prisão de dezenas de pessoas, decorrem de políticas governamentais, afirmou o líder do PFL, senador José Agripino (RN). O parlamentar disse que o trabalho da PF está sendo executado por iniciativa da própria instituição.

- Um governo que não permite a investigação de Waldomiro Diniz não pode ser o mesmo dessa Polícia Federal - criticou ele.



José Agripino

SUDENE - O senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se inspire no Natal e, como Jesus Cristo disse ao amigo Lázaro, morto há quatro dias, exclame: “Levanta-te, Sudene, para fazer justiça social.” O senador ainda perguntou por que o presidente não ressuscitou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste com “uma dessas medidas provisórias que não tinham urgência nem relevância”. Mão Santa ressaltou que o país é muito desigual. - E o que o governo tem feito para acabar com essas desigualdades? Uma boa idéia seria homenagear Celso Furtado recriando a Sudene - observou o senador pelo Piauí.

ELEIÇÃO - O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), recomendou que o governo não entre em delírio com a avaliação positiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, divulgada pelo Ibope. Ele contestou a opinião dos analistas do governo de que, com esses resultados, Lula venceria a eleição de 2006. Virgílio destacou que todas as pesquisas realizadas apontam um segundo turno e lembrou que Fernando Henrique Cardoso venceu as eleições para seus dois mandatos já no primeiro turno. Na opinião de Arthur Virgílio, alguns colocam Lula com 42% pontos e Serra, que não é candidato, com 33%. “É quase um empate técnico”, comentou. - Se o único projeto do governo é a reeleição, ele deve colocar as barbas de molho - aconselhou.

AVALIAÇÃO - “Não há que comemorar, apenas lamentar”. Com essa afirmação, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) deu início ao que chamou de “objetiva e sincera visão da oposição sobre o desempenho do governo Lula em 2004”. Ele assinalou que não foi difícil para o PFL exercer o papel de oposição, “mas foi constrangedor, pois nunca um governo errou tanto, corrompeu tanto e gastou tanto em enganosa propaganda”. O senador apontou os erros cometidos pelo governo Lula, como o aumento do número de ministérios e dos tributos. - O contribuinte foi transformado em burro de carga - afirmou.

ARAGUAIA - A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) elogiou a Justiça por determinar a abertura dos arquivos do governo relativos às operações de repressão à guerrilha do Araguaia. Para ela, também é muito positivo que o governo não tenha recorrido da sentença. De acordo com a parlamentar, a decisão da 6ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília) é histórica, porque vai propiciar o esclarecimento de um período em que a ditadura militar agiu de maneira ilegal. Citando o jornalista Elio Gaspari, Ana Júlia classificou a repressão no Araguaia de nódoa que vitimou, além dos 69 cidadãos que optaram pela luta armada, as famílias de agricultores que os apoiaram ou simplesmente viviam na região do conflito.

Fátima Cleide: minissérie divulgará a biodiversidade

Ao mencionar a filmagem da minissérie da TV Globo *Mad Maria*, em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que conhecer a biodiversidade da Amazônia é o melhor caminho para defendê-la. Ela elogiou a produção por cooperar com a divulgação do meio ambiente da Amazônia e pelo carinho da equipe com a vida e os habitantes das comunidades onde a minissérie foi rodada.



Fátima Cleide

Mad Maria, conforme explicou a senadora, é o apelido da ferrovia Madeira-Mamoré, construída entre 1908 e 1912 para ligar Rondônia à Bolívia, e em razão da qual surgiu Porto

Velho, capital do estado. Abandonado há alguns anos, o trecho inicial de seis quilômetros foi recuperado, juntamente com uma locomotiva, pela emissora.

A presença de diretores e artistas na região está chamando a atenção da imprensa para o descaso com a ferrovia e a natureza. O ator principal da minissérie, Juca de Oliveira, foi um dos que protestaram contra a destruição do meio ambiente e

o abandono da estrada de ferro, de acordo com relato publicado no jornal *O Globo*.

- A equipe da Rede Globo constata o abandono que nós, de Porto Velho, estamos cansados de denunciar - disse ela.

Papaléo alerta para risco de contaminação no Rio Amazonas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apelou à Agência Nacional de Águas (ANA) e aos demais órgãos governamentais envolvidos com a preservação do meio ambiente para que investiguem a possibilidade de navios estrangeiros que transportam petróleo para a Refinaria de Manaus (AM) estarem lavando seus tanques e atirando no Rio Amazonas restos de petróleo. Ele alertou que a prática pode causar riscos de contaminação do rio e dos manguezais.

Matérias publicadas pela imprensa, denunciando que a água do Rio Amazonas pode estar sendo contrabandeada para países do Oriente Médio nos depósitos de grandes petroleiros, levaram Papaléo a

investigar o assunto. Segundo ele, a explicação para a prática da hidropirataria seria o alto custo do processo de dessalinização da água do mar.

- Embora graves, essas denúncias são controversas. A ANA informa que os navios estrangeiros estão, na verdade, fazendo lastro com a água da bacia amazônica antes de voltarem para o alto-mar, o que, reconhecem, não reduz a ilicitude e a gravidade desse procedimento - afirmou Papaléo Paes.

Falando sobre as reformas trabalhista e sindical, o senador disse defender as mudanças, desde que favoreçam o desenvolvimento, promovam o bem-estar e possibilitem a geração de empregos.

Garibaldi defende renegociação da dívida dos agricultores

O projeto que define condições para a repactuação das dívidas de crédito rural concedidas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste até o ano 2000 foi defendido pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). A matéria tramita na Câmara e foi apresentada pela bancada nordestina naquela Casa.

De acordo com Garibaldi, a inadimplência do setor na região atinge 39,1%. A proposta concede 25 anos para o pagamento, a contar da renegociação, com quatro anos de carência. O pagamento seria feito em parcelas anuais sucessivas. Dívidas até R\$ 35 mil teriam juros de 1,5% ao ano. Entre R\$ 35 mil e R\$ 200 mil, os juros seriam de 3% ao ano. Acima de R\$ 200 mil, eles seriam de

5% ao ano.

Para o parlamentar, a renegociação é necessária para atender às especificidades da região, em que, nos últimos 15 anos, houve sete anos de seca. Para ele, a repactuação irá “interromper o ciclo vicioso do endividamento rural e diminuir a ociosidade da aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste” (FNE).

Garibaldi reconheceu que, em meio aos inadimplentes, pode haver maus pagadores, que chamou de “frequentadores das listas de perdão”. Para ele, apesar de haver distorções, isso não é a regra. O senador reclamou da ausência de uma política de desenvolvimento regional no Nordeste, que tem 55% de suas terras em pleno semi-árido.



Garibaldi Alves

PLENÁRIO

Modelo econômico mata crianças, afirma Heloísa

A propósito da discussão travada em Plenário sobre violência urbana, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) disse que o dado mais alarmante é aquele segundo o qual o homicídio é a principal causa de morte de crianças de 5 a 14 anos na cidade de São Paulo.

Para ela, essas crianças estão sendo assassinadas em decorrência do modelo econômico que privilegia a geração de superávit primário previsto em acordo com o FMI em detrimento das políticas sociais que poderiam dar escola, emprego e habitação para as famílias carentes, impedindo que suas crianças fossem

cooptadas pelo narcotráfico e acabassem assassinadas.

Para Heloísa, não é preciso qualquer projeto ou proposta para reverter esse quadro de abandono e morte, basta que se cumpram as leis, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na opinião da senadora, o desenvolvimento econômico seguiu um modelo equivocados, que não conseguiu livrar o país das doenças típicas da pobreza, como diarreia, malária e tuberculose, que continuam matando. Ao lado disso, observou, o país adquiriu as moléstias do desenvolvimento, as doenças crônicas degenerativas e cardiológicas.

Juvêncio propõe campanha contra o desarmamento

Ao lembrar que em outubro do próximo ano haverá um referendo para que a população responda se deseja ou não entregar para o governo suas armas de fogo, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) sugeriu a realização de uma campanha



Juvêncio da Fonseca

de esclarecimento protagonizada pelos que discordam do desarmamento. Ele apontou que os defensores da retirada das armas, como o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já vêm trabalhando pelo seu ponto de vista há muito tempo.

– Esse chamamento da campanha contra o desarmamento é importante. Temos que fazer

como o ministro. Ele defende o desarmamento e nós falamos em favor da arma na mão do homem honesto. É necessário que a população saiba que o porte de armas hoje é disciplinado por uma lei rígida e é concedido apenas pela Polícia Federal.

Não é qualquer pessoa que pode ter uma arma – afirmou Juvêncio da Fonseca.

O senador explicou que, diferente do que pode ser entendido, o porte de armas não permite que a pessoa ande com a arma de fogo pelas ruas. Autoriza apenas seu uso na residência ou na empresa, para a defesa da família e do patrimônio.



ROOSEVELT PINHEIRO

Segundo Heloísa, as políticas sociais têm sido negligenciadas pelo governo federal

Jefferson quer intervenção no estado do Rio

Jefferson Péres (PDT-AM) voltou a defender intervenção federal temporária no Rio de Janeiro, afirmando que os Conselhos da República e de Defesa deveriam ser convocados a analisar a medida “em defesa da população da cidade”. Os episódios de violência urbana têm frustrado, segundo afirmou, o exercício de três direitos básicos do cidadão: o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

Após o primeiro apelo em prol da intervenção, feito em Plenário duas semanas atrás, Jefferson disse ter recebido vários e-mails de cariocas apoiando a proposta.

Mão Santa apela a Lula por combate à violência

O senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que adote medidas de combate à violência, afirmando que não basta uma legislação severa.

– O que diminui a criminalidade é uma política social em que o pai tenha emprego – ressaltou o senador.

Mão Santa lembrou que em todo o país 110 pessoas são vítimas de assassinato por dia, sendo 18 só no Rio de Janeiro.

– Não tem Duda (Duda Mendonça) que consiga esconder isso – disse.

O parlamentar citou o cientista político italiano Norberto Bobbio, que, em *Teoria Geral*

da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos, afirma: “O mínimo que um governo deve garantir aos indivíduos é a vida, a liberdade e a propriedade. Quando o governo já não é capaz de garantir a segurança, o dever de obediência política perde o sentido. E o melhor modo de conseguir essa garantia é um Legislativo fundado no consenso e um Executivo dependente do Legislativo. Sem isso, não há governo”.

Para Mão Santa, Fernando Henrique estava certo quando, ao deixar a Presidência, disse que sentia ter cumprido sua missão e que a meta de Lula seria o combate à violência.

Tião Viana pede audiência sobre mortes de policiais

Dados do jornal *Folha de S. Paulo* que indicam o assassinato de 281 policiais no Brasil entre 1º de janeiro e 15 de julho deste ano foram apresentados pelo senador Tião Viana (PT-AC) em Plenário. Desse total, 81 foram mortos no Rio de Janeiro, 59 em São Paulo, 29 na Bahia, 23 em Minas Gerais e 18 no Pará.



Tião Viana

O representante do Acre propôs a realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais ou na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para ouvir o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e representantes dos governos e das polícias militares dos esta-

dos mais atingidos, como forma de o Senado homenagear os policiais e levar essa discussão para a sociedade brasileira.

Nota técnica encomendada por Tião Viana à Consultoria do Senado informa que, dos 81 policiais mortos no Rio de Janeiro, 69 eram militares. A nota informa que morre um policial militar a cada 17 horas no Brasil.

O parlamentar trouxe ainda dados sobre assassinatos de policiais no Canadá e no Reino Unido, que permitiram a ele afirmar que morrem, a cada ano, mais policiais no Rio de Janeiro do que nesses países e nos Estados Unidos, somados.

"Rota segura" na aviação civil é desejo de Delcídio

Delcídio Amaral (PT-MS) fez uma análise das atividades e dos problemas do setor de aviação civil. Ele defendeu uma discussão criteriosa para a criação da agência destinada a regular o setor.



Delcídio Amaral

O trabalho apresentado pelo senador é um mapeamento destinado a orientar o parecer que apresentará como relator do Projeto de Lei 62/04, que cria a Agência de Aviação Civil. Delcídio explicou que tenta produzir um relatório que represente a síntese dos interesses da sociedade, sem interferências capazes de desviar de sua “rota segura” a indústria do transporte aéreo.

Números como uma frota de aviões e helicópteros da ordem de 10 mil aeronaves surpreenderam o senador, que estava acostumado a pensar nas 200 que compõem o trans-

porte aéreo regular comercial. Fazem parte também de um universo que ele qualificou de complexo 275 empresas de táxi aéreo, 280 de aplicações agrícolas e 50 de publicidade aérea, entre outras modalidades. Os recursos humanos contam com 95 mil pilotos, 25 mil comissários e 2 mil mecânicos.

– É um mundo gigantesco que se esconde por trás das quatro grandes empresas aéreas. Um mundo que exige, do órgão regulador, ações as mais variadas – disse, em referência elogiosa ao Departamento de Aviação Civil (DAC).

Para o senador, legislar sobre o setor é tarefa das mais delicadas, já que estão em jogo não só o desempenho econômico-financeiro das empresas, mas igualmente a segurança de passageiros e tripulações.

Valadares sugere ao governo que repense transposição

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriu que o governo repense o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco e converse com os segmentos interessados. Acrescentou que o governo deveria



Valadares

apressar a votação, pela Câmara, da proposta de emenda à Constituição (PEC) que determina a revitalização do rio. A PEC foi aprovada por unanimidade no Senado há dois anos.

O senador afirmou que esta “querela jurídica” não é bené-

fica, “porque posições antagônicas podem se radicalizar a ponto de que nem a transposição e nem a revitalização aconteçam”. Valadares trouxe dados do Encontro Internacional sobre Transfêrência de Águas entre Grandes Bacias – que congregou dezenas de cientistas e pesquisadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e do Centro de Estudos e Projetos do Nordeste (Cepen) – que contestam a pressa para realizar a transposição.

Pavan cobra de Lula a duplicação da BR-101

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) cobrou do presidente Lula tanto a duplicação da rodovia BR-101 quanto o telefone do ministro dos Transportes, prometido pelo presidente durante a visita a Santa Catarina na semana passada.

– O presidente esteve em Santa Catarina e disse que faria a duplicação, mesmo não sendo compromisso de campanha, nem parte de seu programa de governo. Pois eu afirmo que o então candidato, quando visitou Santa Catarina em campanha, prometeu a duplicação, chegando a mostrar, com o braço esticado, uma pasta que dizia ser o programa de governo.



Leonel Pavan

Tourinho aplaude investimento da Petrobras na Bahia

A retomada dos investimentos da Petrobras em seu estado foi comemorada pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Ele participou de solenidade em Mataripe, município de São Francisco do Conde (BA), onde assistiu ao início das obras do gasoduto que irá ligar o campo de Manati a Salvador.

Tourinho defendeu prioridade para o suprimento de energia ao Nordeste. Disse ter “convicção muito grande” de que, além do fornecimento de gás para a Bahia, o gasoduto é o início de novos investimentos da Petrobras no estado. O campo de Manati tem capacidade de 6 milhões de metros cúbicos diários.

Ao comentar os resultados do leilão de energia elétrica realizado na última terça-feira, Tourinho afirmou que, por se tratar de energia velha, ele sinalizou para o passado. Somente o megaleilão de maio de 2005 fará a ponte para o futuro, frisou, prevendo que os preços serão mais altos, para atrair novos investimentos.

PLENÁRIO

Maguito propõe limitar propaganda de cerveja

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou projeto de lei para acabar com a propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive cervejas, nos meios de comunicação, nos eventos esportivos e culturais, e nas ruas em geral, nos moldes do que já é determinado em relação ao fumo.

Pelo projeto, a propaganda somente será permitida dentro dos locais de comercialização do produto, com fiscalização para impedir a venda a menores de 18 anos. As embalagens terão advertências sobre os malefícios do álcool, mesmo sem exageros, explicou Maguito.

Para o senador, não há razão para que as regras da propaganda do fumo sejam mais rígidas do que as referentes ao álcool. Ele observou que o álcool provoca muito mais malefícios à



Projeto de Maguito Vilela estabelece regras iguais às que regulam propaganda de fumo

sociedade do que o fumo. Ele citou acidentes de trânsito, violência doméstica, vandalismo e desordem como alguns dos efeitos adversos do consumo imoderado do álcool.

– É preciso mudar a mentalidade cultural da população, em que o álcool é associado

a conquistas esportivas, à sexualidade e ao orgulho de ser brasileiro. Por outro lado, advertências sobre conseqüências do álcool ficam limitadas a casos-problema, com ambiente hostil a medidas de saúde pública – disse.

A publicidade das bebidas alcoólicas é regulamentada pela Lei 9.294/96, mas não alcança propaganda de cervejas, porque trata de bebidas acima de 13 graus Gay Lussac. Na prática, no que diz respeito à propaganda, as cervejas são tratadas da mesma forma que sucos ou refrigerantes, observou Maguito. Para incluir cervejas e até bebidas tipo *ice*, voltadas para jovens, nas restrições à publicidade, o projeto do senador abrange bebidas com teor alcoólico superior a meio grau Gay Lussac.

Garibaldi pede atenção ao Saúde da Família

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu que o governo amplie as verbas e o número de equipes do programa Saúde da Família, criado no governo Itamar Franco e estruturado no governo Fernando Henrique pelo então ministro da Saúde, José Serra. Segundo o parlamentar, o programa tem sido responsável pela melhoria dos índices de saúde da população de baixa renda e pela redução da procura por prontos-socorros.

O senador leu trechos de matérias de jornal dando conta do ritmo lento em que se encontra o programa. Operado por 22 mil equipes formadas por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes de saúde, o programa percorre bairros pobres oferecendo tratamento e prevenindo doenças. Entre os tipos de atendimento estão o pré-natal e os voltados a hipertensos e diabéticos.

Ao observar que o governo Lula não está cumprindo as metas de expansão das equipes – mais 17 mil turmas –, Garibaldi disse que faria justiça a Serra, em cuja gestão o programa teve seu melhor desempenho.

– Apelo ao ministro da Saúde para que amplie o programa, mas chamo também a atenção de prefeitos e governadores para a responsabilidade que têm para com o Saúde da Família – afirmou ele.

Maciel registra novo hospital em PE

O senador Marco Maciel (PFL-PE) registrou a inauguração do novo Hospital de Hematologia da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope), no último dia 29, obra que contou com o empenho dele quando exerceu a Vice-Presidência da República no governo



Marco Maciel

Fernando Henrique Cardoso. De acordo com o parlamentar, a inauguração do hospital, que contou com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, e do vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, dentre outros, reforça o atendimento hospitalar na capital e no interior.

A unidade, informou Maciel, produzirá fatores de coagulação sanguínea e gamaglobulina, além da albumina humana e produtos para o tratamento de homofilia. Ele também destacou a importância da sanção presidencial à criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), órgão que poderá dar ao Brasil auto-suficiência em hemoderivados.

Senadores elogiam lançamento do programa do biodiesel

O lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, feito pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi saudado por senadores na semana passada. O programa prevê a mistura de biodiesel, na proporção de 2%, ao diesel de petróleo utilizado em tratores, ônibus, caminhões e outros veículos. Junto com o lançamento, Lula assinou uma medida provisória (MP 227/04) que regulamenta a produção e importação do biocombustível. O biodiesel pode ser obtido a partir de óleos vegetais extraídos da mamona, dendê, milho, caroço de algodão e soja.

Para o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o combustível tem finalidade estratégica como substituto na matriz energética brasileira, já que o país não tem auto-suficiência na produção de petróleo. Renan lembrou que o biodiesel é “ecologicamente correto” por reduzir os índices de poluição no ar.

Iniciativa pode gerar empregos e renda

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) lembrou que o programa criará, no primeiro momento, 150 mil empregos e gerará uma economia de US\$ 160 milhões ao permitir a redução na impor-

tação de petróleo. Para Leomar Quintanilha (PMDB-TO), o Brasil dispõe de extensas terras agricultáveis, o que garante o sucesso do biodiesel. Ele disse também que Tocantins pode se tornar um dos principais produtores de biodiesel do país.

Alberto Silva (PMDB-PI) quer recursos para que os agricultores incrementem a produção de mamona e Hélio Costa (PMDB-MG) pediu que o governo estenda a todos os pequenos agricultores as isenções concedidas ao cultivo de oleaginosas para produção do “diesel ecológico”. A MP 227 só concede benefícios ao Norte e Nordeste.

Capiberibe quer intervenção na saúde pública do Amapá

O senador João Alberto Capiberibe (PSB-AP) voltou a reclamar dos serviços de saúde oferecidos pelo Amapá e recomendou a intervenção do governo federal como única forma de resolver o problema. Ele pediu uma força-tarefa para uma auditoria completa da saúde pública do estado.

Capiberibe incorporou a seu discurso exposição de motivos destinada ao ministro da Saúde, Humberto Costa, dizendo que, na origem da crise, está o mau uso dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). Em sua opinião, como são recursos federais, “a intervenção é viável,

tanto do ponto de vista legal como do técnico”.

De acordo com o senador, apesar do aumento dos gastos na compra de medicamentos e material de consumo, o atendimento médico nos hospitais do Amapá vem se degradando de forma acelerada. Em 2003, os gastos com medicamentos e material de consumo chegaram a R\$ 29 milhões e as carências da rede pública de saúde já eram ostensivas e graves.

– Vale lembrar que desvios de recursos foram comprovados em investigação da Polícia Federal, a chamada Operação Pororoca – afirmou ele.

José Jorge cobra metas da LDB para as universidades

O senador José Jorge (PFL-PE) cobrou do Ministério da Educação um relatório sobre as condições nas instituições de ensino superior em relação a exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. No próximo dia 23, lembrou o senador, vence o prazo de oito anos concedido às universidades para que, em seu corpo docente, haja um terço de professores em regime de tempo integral e um terço com cursos de pós-graduação.

– Estou aqui como sentinela da lei, por ter sido relator das leis mais importantes sobre educação que foram aprovadas no Congresso nesses últimos 15 anos. Quero cobrar, ainda, uma política de incentivo para que professores de faculdades isoladas e situadas no interior possam frequentar cursos de pós-graduação – ressaltou o parlamentar.

Paim espera que Senado mantenha vagas do ProUni

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou na quinta-feira (9) nos Anais da Casa documento recebido do Ministério da Educação manifestando preocupação com as mudanças feitas na medida provisória (MP 213/04) que



Paulo Paim

cria o Programa Universidade para Todos (ProUni), que destina bolsas de estudo para alunos carentes em instituições de ensino superior privadas.

Paim explicou que as alterações da Câmara diminuem em cerca de 100 mil as bolsas destinadas às pessoas carentes

nos próximos dois anos.

Segundo o documento, a Câmara diminuiu o número de vagas de 11,11% para 7,69%, além de mudar a base de cálculo para definir o montante de beneficiados. Paim disse esperar que o

Senado corrija as alterações.

O senador referiu-se ainda à preocupação dos produtores de arroz do Rio Grande do Sul com a concorrência de produtos do Uruguai e da Argentina, sem barreiras tributárias e favorecidos pelo tratamento diferenciado assegurado pelo Mercosul.

Começa seleção das cidades amigas dos idosos, diz Aelton

O senador Aelton Freitas (PL-MG) anunciou em Plenário que médicos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia começaram este mês a avaliar os municípios participantes do programa Cidade Amiga da Terceira Idade. O programa tem como objetivo o desenvolvimento de ações efetivas em favor dos idosos.

O programa foi criado por meio de convênio entre o Senado e o Serviço Social do Comércio (Sesc). O senador, relator da Subcomissão do Idoso, informou que, por “determinação cordial” do presidente da subcomissão, senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), os 28 municípios participantes em Minas Gerais serão os primeiros a ser avaliados. Entre as várias cidades participantes do projeto em seu estado, citou Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Juiz de Fora, Poços de Caldas e Araxá.



Aelton Freitas

PLENÁRIO

Sistema democratiza dados do Orçamento

O Senado lançou terça-feira (7) um instrumento que permitirá ao cidadão acompanhar a execução de todas as despesas federais previstas no Orçamento da União. O Sistema de Informações Gerenciais Avançadas (Siga Brasil) é resultado de quase cinco anos de trabalho e poderá ser acessado pela Internet. Por meio de pesquisas simples será possível saber, por exemplo, quanto um município recebeu de verbas federais para a saúde ou educação. Ou quanto o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) liberou para as prefeituras.

O sistema foi lançado pelo presidente do Senado, José Sarney, em cerimônia que contou com as presenças do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, e dos ministros da Fazenda, Antonio Palocci, da Educação, Tarso Genro, e do Planejamento, Nelson Machado. Por enquanto, o Siga será liberado apenas para os gabinetes dos senadores, as salas de imprensa das duas Casas do Legislativo, o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Ministério do Planejamento.

Em 2005, ele será estendido às assembleias legislativas, câmaras de vereadores e à população.



Com o Siga Brasil, acessado por meio da Internet, será possível saber quanto cada município recebe do governo federal

O Prodasen (Secretaria Especial de Informática do Senado) é um dos idealizadores do sistema.

– O programa é mais um instrumento de transparência – afirmou Sarney.

Sistema reúne dados de quatro fontes

Além de pesquisar a liberação de recursos federais, o usuário do Siga Brasil poderá acompanhar as diversas leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) desde o início da sua tramitação no Congresso. Para que o sistema fosse viabilizado, os parceiros do empreendimento – Prodasen e Consultoria de Orçamento,

Fiscalização e Controle do Senado (Conorf) – cruzaram informações de quatro bancos de dados oficiais, mantidos pelo Ministério do Planejamento e Congresso Nacional.

Segundo Fábio Gondim, consultor do Conorf, atualmente as informações orçamentárias estão espalhadas por esses bancos de dados. É como se os ingredientes de uma receita de bolo fossem colocados em locais distintos. Com o Siga Brasil, o Prodasen e a Conorf esperam reunir os dados num só local, permitindo ao usuário ter acesso ao bolo orçamentário.

– Não há nada igual no mundo – comemora Gondim.

Lúcia Vânia pede ao governo mudanças nas políticas sociais

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) voltou a pedir a imediata reformulação das políticas sociais do governo Lula. Para ela, a existência de falhas e desconexões de prioridades estão agravando a área social que,



Lúcia Vânia

observou, podem obter sucesso no passado, como o Saúde da Família, “que está sendo desestruturado”.

– É um verdadeiro constrangi-

mento ver o país em uma posição deprimida com relação ao setor social – alertou Lúcia Vânia, que, tomando por base o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) informou que, atualmente, mais de 27 milhões de crianças vivem na pobreza no Brasil.

Lúcia Vânia estranhou que a Caixa Econômica Federal ainda não tenha liberado recursos destinados ao saneamento básico.

Hélio Costa: há meios legais de entrar nos EUA

Preocupado com os brasileiros que tentam ir para os Estados Unidos em busca de uma vida melhor e acabam morrendo na fronteira com o México ou presos por imigração ilegal, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) disse que há meios legais de ingresso naquele país.

O senador lembrou que existe a loteria da imigração, que garante ao Brasil, anualmente, quatro mil vagas.

Luiz Otávio destaca potencial energético do PA

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) ressaltou o potencial do Pará de gerar energia para o país, que, disse, será aumentado com a duplicação da capacidade da Hidrelétrica de Tucuruí. A capacidade que o Pará tem de gerar divisas para o Brasil, ressaltou, é impressionante, sobretudo com a exportação de minérios. As exportações do Pará, registrou, vêm crescendo ao longo dos anos. Em 1990, o estado exportava US\$ 1,5 bilhão e hoje exporta US\$ 3,5 bilhões (estimativa para 2004).

Valdir Raupp elogia decisão do TCU

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) elogiou a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) ao Banco Central para que adote, em 60 dias, medidas para tornar mais segura e transparente a administração das reservas cambiais. Ele definiu a decisão como “medida preventiva de proteção da moeda”.

Conforme o senador, as reservas cambiais brutas do Brasil em 9 de novembro alcançavam US\$ 49 bilhões, cifra a seu ver ainda não confortável. Valdir Raupp lamentou que o Banco Central não tenha aproveitado o período de prosperidade internacional para acumular maiores reservas líquidas.

Senado entra no debate sobre TV digital

Por iniciativa do primeiro-secretário da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), o Senado vai participar de maneira efetiva dos debates sobre a definição do modelo de TV digital a ser utilizado pelo Brasil. Tuma criou este mês comissão de técnicos e consultores para acompanhar os trabalhos do grupo interministerial que discute o assunto. O objetivo é permitir que os senadores estejam informados quando os projetos de lei sobre a nova tecnologia forem enviados ao Congresso.

De acordo com o presidente da

comissão, o consultor legislativo Rubem Amorese, o colegiado não vai se limitar às questões tecnológicas, mas também aos impactos jurídicos, econômicos, sociais e culturais da introdução da televisão digital no Brasil.

– É interesse do Congresso acompanhar o amadurecimento da discussão, que é complexa. Na hora em que o projeto chegar ao Legislativo, as idéias não estarão escondidas por trás das palavras, e o objetivo é ajudar os parlamentares a votarem bem informados – afirmou Amorese.

Americanos, europeus e japoneses na disputa

Um dos primeiros passos da comissão será solicitar acesso às reuniões e relatórios do grupo de trabalho criado pelo Executivo e que conta com representantes da Casa Civil e de vários ministérios. Há três modelos de TV digital – americano, europeu e japonês – que disputam o mercado brasileiro.

– Os interesses vão além da tecnologia. São econômicos: cada um quer uma fatia maior do mercado mundial – analisa.

Presidência

Lei geral para a pequena empresa

José Sarney recebeu quinta-feira Silvano Giani, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Eles conversaram sobre a proposta de Lei Geral da Pequena Empresa.

– O presidente Sarney é nosso patrono, foi ele o autor do projeto do Estatuto da Pequena Empresa, há mais de dez anos. Foi ele também, como presidente da República, que sancionou a lei do Simples – lembrou Silvano Giani.

Ministro da Educação defende ProUni

O ministro da Educação, Tarso Genro, visitou José Sarney semana passada. Ele defende a rejeição pelo Senado de emenda da Câmara à medida provisória que institui o Programa Universidade para Todos (ProUni). A emenda, disse, significará a perda de 160 mil bolsas em quatro anos. “Será uma perda irreparável para esses jovens de baixa renda”, ressaltou. Tarso Genro também visitou os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

Missa de encerramento do ano

José Sarney participou quinta-feira, no Salão Negro do Congresso, da missa de confraternização de Natal e encerramento do ano, celebrada pelo arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz. Depois da cerimônia, o senador gravou uma mensagem de Natal para a TV Senado.

– Que Deus ajude nosso país para que continue no rumo de progresso e prosperidade – afirmou José Sarney.



GERALDO MAGELA

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, participam do lançamento no Salão Nobre do livro *Roberto e Lily*, de autoria de Lily Marinho. Ela é viúva do fundador das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, morto ano passado. O livro, disse Sarney, conta “uma história de amor, de uma convivência feliz que ela teve a oportunidade de viver”.

Suplicy manifesta preocupação com câmbio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta enviada pelo diretor-presidente da empresa de calçados Sândalo, Carlos Alberto Rosa Brigagão, pedindo que o governo adote uma política cambial que não prejudique os exportadores. Com a valorização do real, a empresa passou a ter prejuízos em suas vendas ao exterior, sem que pudesse reajustar os preços dos seus produtos.



Suplicy

Voz do Leitor

CRIANÇAS NA RUA

“Venho por meio dessa expressar minha indignação com a situação dos moradores e crianças de rua. O Congresso Nacional deve obrigar os municípios a retirarem essas pessoas da rua, dando a elas toda a assistência necessária.”

André Luiz Souza do Rosário, de São Paulo (SP)

EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO

“Senador Delcídio Amaral, sugiro que seja implantada nas escolas públicas, aula sobre educação de trânsito.”

Antônio Carlos Silva, de Campo Grande (MS)

ENCHENTES

“Quero saber o que foi ou o que será feito com as pessoas desabrigadas pelas enchentes que assolaram os estados do Piauí e Pernambuco.”

Renan Lima da Costa, de São João do Piauí (PI)

CONTAS

“Gostaria de sugerir um projeto de lei que dê direito a descontos em contas de água e luz para pessoas que recebem menos de um salário mínimo por mês.”

Rogério Barbosa dos Santos, de Itamaraju (BA)

VALE-MEDICAMENTO

“Senador Paulo Paim, sugiro que apresente projeto instituindo um abono ou vale-medicamento no valor de R\$ 50 ou mais para aqueles que têm mais de 60 anos e ganham até dois salários mínimos.”

José Andrade dos Santos, de Lagarto (SE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

VEREADORES

Sugiro ao senador Antonio Carlos Magalhães a apresentação de projeto para que não haja reeleição de vereador. E que seja reduzido o número de vereadores e o salário que eles recebem.”

Renato Aragão, de Itaberaba (BA)

CONTRABANDO

“Senador Paulo Pavan, por que os produtos de contrabando apreendidos ficam estragando durante anos em depósitos, quando poderiam ser leiloados?”

Valdir Mafra, de Blumenau (SC)

CRÉDITO RURAL

“Senador Osmar Dias, por que o governo, por meio de linhas de crédito, não intensifica melhor e com mais solidez o apoio ao pequeno agricultor? Infelizmente, muitas vezes o pequeno agricultor não recebe o devido apoio do estado.”

Célio Borba, de Curitiba (PR)

REFORMA AGRÁRIA

“Senador Aloizio Mercadante, apelo ao senhor para que, junto ao governo federal, agilize a reforma agrária, faça a transposição das águas do Rio São Francisco, negocie com o Fundo Monetário Internacional para pagar a metade dos juros e, com o restante, invista no país, na geração de empregos e em investimentos públicos, como estradas, saúde, educação e habitação.”

Geraldo Hélio de Almeida, de Golveia (MG)

Pergunte ao Senador

FUNDEB

Cícero Soares Furtado, de Reriutaba (CE)

“Senador Arthur Virgílio, solicito esclarecimentos acerca do projeto de lei que institui o Fundeb a partir de 1º de janeiro de 2005. Essa afirmação é verdadeira? A quem beneficiará?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:

Caro Cícero, há notícias de que o Executivo encaminhará ao Congresso Nacional proposta de emenda constitucional (não projeto de lei) criando um único fundo, que contemplaria todo o segmento educacional. A proposta, no entanto, sofre resistência nos estados e municípios, razão pela qual o Executivo ainda não fechou o texto. Como se trata de emenda constitucional, é praticamente impossível sua aprovação ainda este ano para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2005. De qualquer modo, considero que a proposta do meu partido, o PSDB, é melhor, por criar não um único fundo, mas três, um para cada nível de ensino: infantil, fundamental e médio.



GERALDO MAGELA

FEDERALIZAÇÃO DO ENSINO BÁSICO

Radamés Ferreira Sacramento, de Lauro de Freitas (BA)

“Senador Cristovam Buarque, gostaria de saber se realmente o senhor acredita que a federalização do ensino básico é a solução para a educação básica no país”.

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) responde:

Radamés, a solução para a educação básica é muito maior do que qualquer medida, não basta a federalização. Mas ela representa, em primeiro lugar, um ato de justiça, porque federalizamos o que interessa à parte rica da sociedade, como a educação superior, a educação técnica para servir às indústrias, a educação no Distrito Federal, a educação privada – que é paga em parte com dinheiro federal, retirado do Imposto de Renda –, mas deixamos a educação fundamental entregue à pobreza do município, e o ensino médio entregue à vontade do governador. Os estados e municípios ricos, com prefeitos e governadores que tenham boa vontade, fazem boa educação; os pobres, uma educação pobre. E o Brasil vai ficando cada vez mais desigual, porque o berço da desigualdade está na escola. Com a federalização, mantendo a descentralização administrativa, a criança passa a ser uma preocupação nacional, assim como a educação delas.



JOSE CRUZ

Frases

“Levanta-te, Sudene, para fazer justiça social”

Mão Santa, ao fazer apelo para que o presidente Lula, a exemplo do que Cristo fez com Lázaro, ressuscite a Sudene por meio de medida provisória.

“É preciso mudar a mentalidade cultural da população, em que o álcool é sempre associado a momentos gloriosos, a conquistas esportivas, à sexualidade e ao orgulho de ser brasileiro”

Maguito Vilela, justificando o projeto de sua autoria que proíbe a publicidade de bebidas alcoólicas em propagandas, eventos culturais e esportivos e nas ruas.

“Creio que essa emenda foi produto daquilo que só o Congresso Nacional sabe fazer, que é a construção da maioria e da convergência em cima das divergências”

Nelson Jobim, presidente do STF, na cerimônia de promulgação da Reforma do Judiciário.

“Estamos diante de um strip-tease moral”

Arthur Virgílio, criticando a medida provisória que estabelece foro privilegiado para o presidente do Banco Central.

“Não é fácil tomar essa decisão, mas avalio que será importante para que o governo possa conduzir sua política, sobretudo do ponto de vista econômico”

Eduardo Suplicy, ao anunciar seu voto favorável à MP do presidente do Banco Central.

“Há um verdadeiro genocídio no campo no Brasil, em razão da luta pela propriedade de terra”

Sibá Machado, desejando que os trabalhos da CPI da Terra possam contribuir para a solução dos problemas no meio rural.

“Seria o esfacelamento do partido”

Pedro Simon, que apresentou proposta de entendimento para os seus correligionários, preocupado com os resultados da convenção do PMDB que definiria a permanência ou a saída do partido da base do governo do presidente Lula.

Foto da Semana

Rolo compressor destruiu quinta-feira (9), em Brasília, mais de 10 mil armas entregues pela população do Distrito Federal, Tocantins e Triângulo Mineiro. O governo federal já contabilizou o recebimento de 200 mil armas pela Campanha do Desarmamento. A iniciativa só foi possível após a aprovação pelo Congresso do Estatuto do Desarmamento, que proibiu o cidadão comum de portar arma de fogo. O objetivo é reduzir a violência



J. FREITAS

Entrevistas com escritores serão reprisadas

O público terá oportunidade de ouvir novamente, pela Rádio Senado, as principais entrevistas feitas pelo programa *Autores e Livros*. A emissora apresenta no domingo, às 9h, edição especial do programa, que traz uma coletânea de entrevistas curtas com alguns convidados. Entre eles, Cristóvam Tezza, Fernanda Young, Nélida Pinõn, Ignácio de Loyola Brandão e Tânia Zagury.

A programação musical desta semana dá destaque ao programa *Escala Brasileira*, que tem como entrevistado Hugo Cesar Casarini. O compositor mineiro defende a música como forma de integração, não de segregação. Essa premissa pode ser constatada nas suas influências, que vão da banda de rock AC/DC ao rei do pop Michael Jackson. O programa apresenta algumas composições de Casarini, como

Aniversário, A Banca do Distinto, Relações Públicas, Tarde e Até o fim do Mundo. O Escala Brasileira vai ao ar na quinta-feira, a partir das 23h.

Reforma universitária em debate no Conexão

Outro destaque da rádio é o programa *Conexão Senado*, que debaterá a reforma universitária, cujo anteprojeto foi divulgado pelo Ministério da Educação no dia 6. O texto, disponível para o público no site do MEC (www.mec.gov.br), propõe que as instituições de ensino superior – públicas, filantrópicas e privadas – estejam articuladas com as populações do município e região em que se localizam. Define ainda um período mínimo de quatro semestres para formação geral do estudante, o que já conferiria a ele o título de ensino superior, mas não implicaria



O anteprojeto da reforma universitária, elaborado pelo Ministério da Educação, é destaque do programa *Conexão Senado*

formação profissional.

As entidades e associações ligadas ao ensino superior têm até o dia 15 de fevereiro para propor emendas ou alterações ao anteprojeto da reforma universitária.

O programa *Conexão Senado* vai ao ar nesta segunda (13), a partir das 12h.

Para obter mais informações sobre a programação da Rádio Senado, acesse o site www.senado.gov.br/radio.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Falta talento ao Brasil, dizia o ensaísta Sílvio Romero

RODRIGO ROSA

Sílvio Romero desdenhava jornalistas, políticos, funcionários públicos e profissionais do Direito. "Parasitas", classificava-os com furor, embora investisse em todas essas ocupações. O ensaísta recomendava ao Brasil o exemplo dos povos anglosaxões: investir na formação de agricultores, comerciantes e industriais, labores práticos produtivos.

Era inegável a admiração pelos ingleses, aos quais se referia como "o grande povo". Suas idéias exalavam o evolucionismo que marcou a Sociologia do início do século 20. Algumas estão reunidas no volume *O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos*, publicado pelo Senado.



Rodrigo Rosa é consultor do Senado. *O Brasil Social e outros Estudos Sociológicos*, é editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 20 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

O rancor para com a *intelligentsia* nacional se devia a diferentes interpretações da realidade. O sociólogo não harmonizava com o ufanismo que acometia as classes dirigentes de tempos em tempos. A Independência, os dois reinados, a Proclamação da República, anunciados como panacéias, não atacaram o cerne do atraso: a indolência de nossa sociedade, dependente do Estado e da coletividade, "formada por uma das gentes mais apáticas do mundo - índios, negros e portugueses", acusava sem pudor.

Elite e desvalidos sofriam do mesmo mal, conquanto reconhecesse a vocação trabalhadora do proletariado rural e urbano. No entanto, o caráter brasileiro impunha limites a mudanças: "Falta-nos o talento, falta-nos a emulação, a consciência de estarmos a colaborar numa grande obra nacional ou humana".

A saída seria uma transformação radical do sistema educacional. Ele considerava necessário difundir o espírito criativo, o esforço privado e a livre iniciativa. Com o passar dos anos, a frustração tomou-lhe conta. Os males do país o encheram: "Vários deles são incuráveis", desabafou em um de seus derradeiros pronunciamentos.

ESPECIAL

Curso ajuda a reduzir analfabetismo adulto

Uma turma de 24 alunos de alfabetização de adultos se formou terça-feira (7) em cerimônia no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). O curso foi oferecido pelo Senado a funcionários de empresas prestadoras de serviços terceirizados, que são liberados do trabalho para assistirem às aulas.

Francisca Maria Pereira de Oliveira foi a oradora da turma. Aos 37 anos, ela realizou o sonho de "conseguir ler as coisas direito", e agora não pretende parar, quer continuar estudando até chegar à faculdade.

Outro aluno, Janedson Pinheiro da Silva, considera que deu "um passo para subir na vida" ao aprender a ler aos 54 anos. Continuar a estudar também está nos planos do formando, mas o projeto para um futuro mais próximo é realizar um



Instrutores e formandos participaram, no Instituto Legislativo Brasileiro, da entrega de diplomas aos novos alfabetizados

sonho antigo: tirar carteira de motorista.

Na cerimônia, o diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, ressaltou a importância do acontecimento. O diretor do ILB, Florian Madruga, lembrou que, com essa turma, o instituto al-

cançava o número de 106 adultos alfabetizados em um ano. Em 2005 o ILB deverá verificar se há demanda para outras turmas. As aulas são ministradas por funcionários voluntários, treinados pelo consultor João Bosco Bezerra Bonfim.

Interlegis: há vagas para cursos a distância

Ainda estão disponíveis cerca de 2 mil vagas para os interessados em participar dos cursos a distância na área do Legislativo oferecidos pelo Programa Interlegis, que tem, entre seus objetivos, aprimorar as atividades realizadas nos parlamentos. A oferta total para o próximo semestre bate recorde: 3 mil vagas. As inscrições para as turmas de educação a distância são gratuitas e podem ser feitas

no site www.interlegis.com.br, dentro da seção "Educação Interlegis". As aulas vão de 21 de fevereiro a 17 de junho de 2005.

Os interessados têm à disposição dez cursos: Educação a Distância no Interlegis; Introdução ao Orçamento Público I, II, III e IV; Busca da Qualidade; O Papel do Vereador e Lei de Responsabilidade Fiscal I, II e III. A metodologia utilizada no

ensino dá ênfase ao dinamismo e à interatividade entre os participantes. Por isso, o nível de conclusão é de 74%.

Segundo Alaciél Almeida Franklin, coordenador do EAD Interlegis, existem diversas formas de comunicação com os alunos, que são assistidos em tempo integral. O contato ocorre por meio de videoconferência, chat, fórum, e-mail e, se for o caso, telefone.

Conheça o Congresso

Salão Verde abre espaço para quem visita o Congresso Nacional

Uma das áreas de maior circulação do Congresso, o Salão Verde é o nome dado ao saguão do Plenário da Câmara dos Deputados que dá acesso às principais áreas da Câmara, como a Presidência e as lideranças partidárias, e ao Salão Azul do Senado.

O nome foi dado por conta do tapete que reveste o salão. Nessa área do Congresso, são as cores do chão que distinguem a Câmara, verde, e o Senado, azul. Existem várias histórias relacionadas a essa distinção. Há quem diga que foi sugestão de Athos

Bulcão, mas acredita-se que o responsável foi um funcionário da Casa à época, ou seja, mero acaso.

Em dias de grande movimentação no Congresso, o Salão Verde fica repleto de jornalistas, que buscam entrevistas com os parlamentares que circulam pelo Plenário. Passam ainda pela área uma grande quantidade de funcionários e de visitantes.

O Salão Verde é decorado por diversas obras de arte. Entre elas, destacam-se o mural com paisagem de homens sobre cavalos, de Di Cavalcanti, esculturas de

Alfredo Ceschiatti e André Bloch, um vitral da artista plástica Marianne Peretti, além de obras de Athos Bulcão, que assina um painel e a decoração do jardim interno do salão, projetado pelo paisagista Burle Marx.

Há também no hall do Plenário uma galeria com fotos de todos os presidentes da Câmara, além de maquetes que ajudam o visitante a se localizar no Congresso.

No fundo do salão, um telão com monitores permite que as pessoas acompanhem a transmissão ao vivo das sessões ple-



Visitantes descansam no Salão Verde, espaço que dá acesso às principais áreas da Câmara dos Deputados e do Senado

nárias da Câmara e reuniões das principais comissões da Casa.

Qualquer pessoa pode visitar o Congresso. Nos dias de sema-

na, no entanto, não é permitida a entrada de pessoas trajando bermudas, camisetas-regata ou chinelos.

Visitas monitoradas ao Salão Verde da Câmara podem ser feitas de segunda a domingo. Informações pelo telefone 61 216-1771 e 216-1772

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella
Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique

Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e

Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Para todos os que lutam pelo direito à vida, à segurança e à liberdade, sem distinção de raça, cor, sexo, língua e religião, o documento se tornou um fundamento legal

Declaração dos Direitos Humanos faz 56 anos

Há 56 anos, no dia 10 de dezembro de 1948, era proclamada durante assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU) a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento consolidou o reconhecimento dos direitos fundamentais do ser humano, independentemente de idade, nação, cor ou religião. Desde então, nessa mesma data, é celebrado o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

Naquela época, a declaração representou um desfecho

às bárbaras da primeira metade do século 20, que assistiu a duas grandes guerras mundiais. Se a Declaração Universal dos Direitos Humanos não pôde evitar a proliferação de mais guerras e a continuação do desrespeito aos direitos básicos das pessoas, tornou-se, entretanto, um fundamento legal em defesa da vida em países de todo o mundo.

No momento em que o Brasil busca maior inserção internacional, é importante lembrar os direitos que pro-

tegem os cidadãos brasileiros. Violência policial, tortura, maus-tratos de presos, menores abandonados, conflitos no campo e agressões aos índios ainda representam desafios ao país, signatário da declaração.

Nesta edição, o **Especial Cidadania** traz os 30 artigos que inspiraram leis e constituições de vários países, com princípios de igualdade, liberdade e fraternidade. Na Constituição brasileira de 1988, os direitos e garantias estão descritos no artigo 5º.

Veja a íntegra do documento

1 Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.

2 Toda pessoa tem capacidade para gozar seus direitos e liberdade sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

3 Todos têm direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

4 Ninguém será mantido em escravidão ou servidão.

5 Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

6 Toda pessoa tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecida como pessoa perante a lei.

7 Todos são iguais perante a lei e com direito a igual proteção da lei.

8 Todos têm direito a receber dos tribunais nacionais solução efetiva contra as violações dos seus direitos fundamentais.

9 Ninguém será injustamente preso, detido ou exilado.

10 Todos têm direito, em plena igualdade, ao acesso a tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres ou sobre qualquer acusação criminal.

11 Toda pessoa acusada de delito tem o direito

de ser considerada inocente até que a culpa seja comprovada de acordo com a lei, em julgamento com defesa garantida.

12 Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, nem a ataques a sua honra e reputação.

13 Todos têm direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado e o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

14 Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países.

15 Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

16 Os homens e mulheres de maior idade, sem restrições de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de casar e formar uma família. Têm direitos iguais em relação ao casamento, sua duração e dissolução. A família tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

17 Todos têm direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. Ninguém será arbitraria-

JOSE CRUZ / ABR



mente privado de sua propriedade.

18 Todos têm direito à liberdade de pensamento, consciência e religião e o direito de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença.

19 Todos têm direito à liberdade de opinião e expressão, incluindo a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de transmitir informações, independentemente de fronteiras.

20 Todos têm direito à liberdade de reunião e associação pacíficas. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

21 Todos têm direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por representantes livremente escolhidos. Todos têm igual direito de acesso ao serviço público do seu país. A vontade do povo, expressa por meio do voto secreto e livre, será a base da autoridade do governo.

22 Toda pessoa tem direito à segurança social e à realização dos seus direitos econômicos, sociais e culturais e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

23 Todos têm direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas de trabalho, à proteção contra o desemprego e direito a igual remuneração por igual trabalho.

JOSE CRUZ / AGENCIA SENADO



24 Todos têm direito ao repouso e ao lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

25 Todos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos, amparo no desemprego, doença, invalidez, viuvez ou velhice.

26 Todos têm direito à instrução. A instrução elementar será obrigatória e a técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, baseada no mérito.

27 Todos têm o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios.

28 Todos têm direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades contidos nesta declaração possam ser plenamente realizados.

29 Toda pessoa tem deveres para com a comunidade. No exercício de seus direitos e liberdades, toda pessoa estará sujeita apenas às limitações determinadas pela lei.

30 Nenhuma disposição da presente declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa, do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer direitos e liberdades aqui estabelecidos.

ANA C. FERNANDES / FOLHA IMAGEM



Informações

Secretaria Especial dos Direitos Humanos
Tel.: (61) 429-3142
direitoshumanos@sedh.gov.br
www.presidencia.gov.br/sedh/
Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados
Tel.: (61) 216-6570
cdh@camara.gov.br
www.camara.gov.br

Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil
Tel.: (61) 316-9600
cndh@oab.org.br
www.oab.org.br/comissoes/cndh
Movimento de Justiça e Direitos Humanos
Tel.: (51) 3221-9130
www.direitoshumanos.org.br

ONG Centro de Justiça Global
Tel.: (21) 2547-7391 e (11) 3266-9072
www.global.org.br
Movimento Nacional dos Direitos Humanos
www.mndh.org.br
secretaria@mndh.org.br
Rede Nacional de Direitos Humanos (RNDH)

webmaster@rndh.gov.br
www.rndh.gov.br
Organização dos Estados Americanos (OEA)
www.oas.org/main/portuguese
Comissão Interamericana de Direitos Humanos
cidhoea@oas.org
www.cidh.oas.org/comissa.htm
Rede Direitos Humanos e Cultura

dhnet@dhnet.com.br
www.dhnet.org.br
Biblioteca Virtual de Direitos Humanos
www.direitoshumanos.usp.br
Anistia Internacional
www.amnesty.org
Guia de Direitos Humanos para Jornalistas
www.guiadh.org